

Estudo sobre a feminização da migração cabo-verdiana e o seu impacto nas famílias

Um estudo de caso na Ilha de Santiago, Cabo Verde

Fernando Barbosa Rodrigues, M.A
Almudena Cortés Maisonave, PhD



IOM International Organization for Migration
OIM Organisation Internationale pour les Migrations
OIM Organización Internacional para las Migraciones



Entidade das Nações Unidas para a Igualdade
de Género e o Empoderamento das Mulheres



Estudo sobre a feminização da migração cabo-verdiana e o seu impacto nas famílias: Um estudo de caso na Ilha de Santiago, Cabo Verde

Relatório Final de Consultoria

Março 2013

Fernando Barbosa Rodrigues, M.A

Almudena Cortés Maisonave, PhD



IOM International Organization for Migration
OIM Organisation Internationale pour les Migrations
OIM Organización Internacional para las Migraciones

IOM Development Fund

*Developing Capacities in
Migration Management*

Os **autores** deste estudo são Fernando Barbosa Rodrigues e Almudena Cortés Maisonave. Os pontos de vista expressos neste estudo são da sua responsabilidade exclusiva. Esta publicação tem por base o Relatório “Estudo sobre a feminização da migração cabo-verdiana e o seu impacto nas famílias”, no âmbito do projecto *Strengthening the Capacity of the Ministry of Communities to Promote Effective Migration Management and Diaspora Outreach in Cape Verde* (IDF – IOM Development Fund).

Agradecimentos:

Este estudo não é um trabalho isolado mas sim o resultado da cooperação de muitas pessoas que ajudaram a concretizá-lo. Agradecemos à OIM, na pessoa da Dr.ª Ana Barbosa de Melo, bem como à ONUWOMEN, concretamente a Dr.ª Clara Barros e Dr.ª Maritza Rosabal. Ao Ministério das Comunidades, Ex.ª Sr.ª Ministra, Dr.ª Fernanda Fernandes, e ao Dr. Francisco Carvalho.

Aos seguintes organismos cabo-verdianos, ao IC, Eng. A. Pereira e Dra. Anita Silva, ao ICIEG, Dra. Talina Ben O’liel e equipa, ao CIGEF, Dra. Carmelita Silva, a todas as pessoas da OMCV/Praia. Finalmente a todas e todos os informantes que generosamente colaboraram connosco oferecendo-nos os seus valiosos testemunhos.

ÍNDICE

Sumário Executivo.....	4
I - Introdução	7
Feminização das Migrações - tendência global e em Cabo Verde.....	8
Impacto nas famílias	9
Impacto na economia	10
A importância deste estudo em Cabo Verde	11
a) Impacto nas famílias que <i>ficam para trás</i>	11
b) Remessas.....	14
II - Metodologia.....	19
Delimitações do estudo	24
Delimitação teórica	25
III - Desenvolvimento teórico dos temas chave.....	29
Migrações em Cabo Verde. Evolução histórica e destinos da emigração cabo-verdiana: Fase Antiga e Fase Moderna.....	29
Impacto nas famílias que deixam para trás	36
Conceptualizações de género e fundamentação teórica do estudo	41
Redes globais de cuidados	45
IV - Resultados	47
A estigmatização da migração feminina versus a valorização das mulheres emigrantes	48
Os impactos vividos e percebidos sobre a maternidade transnacional.....	51
Paternidades ausentes e novas masculinidades.....	54
V - Conclusões	57
Características das migrações femininas cabo-verdianas.....	57
Discursos estigmatizadores das migrações femininas	58
Configuração das famílias transnacionais.....	59
a) Sobre a Maternidade Transnacional.....	60
b) Sobre a Paternidade (ausente) e as novas masculinidades	60
Impactos económicos das migrações femininas.....	61
VI - Recomendações	62
VII - Roteiro de Investigação para a temática em Cabo Verde	65
Características da migração cabo-verdiana através da perspectiva dos estudos de género	65
A família em Cabo Verde.....	66
Migração feminina e impacto das remessas.....	67
Remessas do exterior: uso e administração do dinheiro enviado	67
Demografia, condições de vida, tradição e mudança social	68
Considerações finais para um Roteiro de Investigação	68
VIII – Bibliografia	69

Sumário Executivo

Este trabalho tem como ponto de partida o processo de feminização das migrações e o impacto nas famílias que ficam para trás, no qual prestaremos especial atenção ao estudo de caso na Ilha de Santiago Cabo Verde, e a sua vinculação com a globalização dos cuidados. Do mesmo modo, analisaremos os impactos da feminização da migração, prestando especial atenção às famílias cuja *chefe de família*, normalmente a mãe, emigrou. Por fim será analisada a configuração das famílias transnacionais, assim como os seus impactos económicos através das remessas financeiras e sociais. O presente estudo procurou indagar simultaneamente as *relações de género* no seio destas famílias e como a (e)migração de um dos seus membros, e mais especificamente o feminino, tem impacto na organização familiar e na transformação dos modos de cuidar. Para tal colocamos questões sobre os modos de cuidar *dos que ficam para trás*, os recursos disponíveis, sejam estes as remessas (financeiras, sociais, inversas), mas também as formas de entender e "gerir" a família (económica e emocionalmente), para compreender as famílias em Santiago, a maternidade transnacional e a paternidade (ausente), e para poder entender o próprio conceito de cuidar (bem) *dos que ficam para trás*. Seguidamente são explicadas as principais ideias-chave deste estudo. Interpretar neste projecto de investigação o modelo familiar encontrado em Santiago à luz dos conceitos teóricos Pós-Coloniais, e dos estudos de Género e Migrações, oferece a possibilidade de ver como as categorias e os modelos para compreender a família, a *raça*, classe na Ilha de Santiago e em Cabo Verde, carecem e estimulam a busca de novos paradigmas interpretativos.

As formas de estigmatização da mulher migrante¹, por parte de determinados modelos familiares vigentes, relacionam-se com a falta de reconhecimento de outros tipos de famílias (como a monoparental) que respondem a factores etno-históricos (a escravatura) de classe e de género, assim como dos antigos regimes coloniais e das relações económicas desiguais entre países das periferias e os países do centro (Norte/Sul). A vigência de imaginários sociais, de expectativas elevadas das comunidades de origem e da entreajuda nas redes de solidariedade familiar baseadas na manutenção de obrigações familiares, concorrem para que as famílias procurem ajustar os diferentes impactos segundo o seu capital social (redes, grupo doméstico), económico e cultural, de modo a encontrarem oportunidades de melhoria que simultaneamente acarretam diferentes desafios e constantes negociações dos papéis sociais dos membros familiares, sujeitos a alguns riscos, como a separação, a distância e a ausência pela emigração. As migrações femininas cabo-verdianas representam uma mudança de tendência, se as comparamos com o processo migratório masculino actual. Segundo a Tabela 5 de Tendências Migratórias por sexos para o ano 2010, saíram mais mulheres do que homens por Concelhos em Cabo Verde, e nos concelhos do interior de Santiago, mais rurais, é onde esta tendência ganha relevância. Esta tendência de feminização dos

¹ Convivem de forma ambígua sentimentos quanto à ausência da mãe e ao impacto negativo nos filhos, quando o principal motivo expressado pelos informantes entrevistados para a migração da mulher é o de garantir a sobrevivência da família e dar um melhor futuro aos filhos. Recolhemos nas entrevistas de trabalho de campo, principalmente entre informantes, "fazedores de opinião", membros de instituições públicas, a enunciação da presença (social) de discursos estigmatizadores de senso comum sobre a mulher emigrada, de "não cumprir com o seu papel de mãe", que convivem de forma contraditória e ambígua com uma admiração pelo seu sucesso como provedoras do sustento económico da família.

fluxos de emigrantes parece indicar que a sua saída no conjunto nacional do país, está a ter, e terá um impacto importante nas relações de género em cada localidade ou concelhos onde este fenómeno de mobilidade humana (emigração masculina e feminina) ocorre. A presença, uso e circulação de um discurso estigmatizador sobre a migração feminina e as famílias transnacionais criadas, forma parte das representações hegemónicas em torno de um modelo de família único caracterizado por ser uma família biparental, monogâmica, católica, heterossexual, com descendência biológica e unida por laços de residência. Recolhemos estas evidências (discursos de senso comum) em entrevistas de trabalho de campo a informantes qualificados, que fizeram eco das mesmas. Isto quer dizer que a família estaria formada pela figura do pai, da mãe, os filhos e filhas biológicos vivendo todos juntos no mesmo núcleo familiar/doméstico. Este é o modelo que conseguiu converter-se em norma social (implícita), de tal forma que qualquer modelo familiar que não encaixe dentro destes parâmetros, está fora da norma (em Cabo Verde, somente 39,6% das famílias se ajustaria aparentemente na caracterização anterior, segundo os dados de 2010. As restantes famílias são sobretudo monoparentais ou unipessoais, e sofrem a "penalização" social por não terem sido capazes de constituir a família modelo.

O principal impacto do fenómeno da globalização dos cuidados sobre os lares e agregados dos países em vias de desenvolvimento, decorre da migração das mães que devem deixar os seus filhos ao cuidado de outras mulheres, e terem que cuidar os filhos de outras famílias, normalmente em países industrializados. Em relação aos impactos no seio das famílias, o caso cabo-verdiano chama particularmente a atenção, pela configuração de famílias monoparentais chefiadas por mulheres e daí a necessidade de estudos que possam contribuir para uma compreensão mais ampla do fenómeno para que se possa intervir com políticas públicas que contribuam ao bem-estar dos menores, das mães e pais implicados.

Um dos aspectos identificados relativamente à maternidade transnacional é a tensão que advém das relações entre mães e os filhos e as filhas. A matrifocalidade como característica de uma grande parte das famílias cabo-verdianas e a relação especialmente vinculante entre a mãe e os filhos-homens determina a forma de entender os impactos da emigração feminina no seio das famílias em Santiago e em Cabo Verde. Tivemos a oportunidade de demonstrar, que no caso das famílias monoparentais com a chefe de família emigrada, o maior ponto de tensão é precisamente a renegociação do significado da relação materno-filial. A paternidade *ocasional* é a mais característica no padrão de parentesco da maioria dos agregados monoparentais entrevistados e cuja chefia recai sobre uma mulher *mãe-de-filho*. Nestes casos, as mulheres assumem o duplo papel de tal forma que são as que proporcionam a principal fonte de rendimentos para o seus lares. Algumas mulheres entrevistadas para este estudo, afirmaram continuar a manter o contacto com os *pais-de-filho*, e procuram-nos para solicitarem apoio económico em situações concretas. No entanto, em muitos casos, as relações podem ser tensas e conflituosas (os *pais-de-filho*, são homens com mais filhos, fruto de outras relações, ou podem ter constituído um lar biparental), pelo que as mães podem não receber o apoio solicitado. Um dos principais impactos económicos da migração feminina cabo-verdiana é o envio das remessas económicas e sociais. As mulheres migrantes e mães reúnem numa mesma pessoa a condição de mãe cuidadora e ao mesmo tempo de sustentadora económica. O envio de remessas por parte das mulheres não está suficientemente

medido, mas é evidente que impacta directamente na economia cabo-verdiana. As remessas permitem-nos mostrar de forma pública a contribuição da mulher cabo-verdiana para a economia nacional. A medição do envio das remessas por sexo visibiliza a contribuição ao crescimento cabo-verdiano que fazem as mulheres (e que sempre o tinham feito) a partir do seu trabalho doméstico sem ser remunerado. As mulheres migrantes chefes de família e as suas famílias em Cabo Verde, devem ocupar uma *centralidade* quando se desenha e implemente políticas migratórias nacionais e ser o centro do debate na questão da emigração na República de Cabo Verde. Este relatório traça ainda um conjunto de Recomendações e uma Agenda de Investigação / Roteiro para continuar a aprofundar estas questões a partir de uma perspectiva de género.

I - Introdução

A feminização da migração é um processo social, político, económico e cultural relacionado directamente com a globalização dos cuidados², e com a sua incidência nas desigualdades de género em contextos de crise da reprodução social³. A globalização dos cuidados, é um conceito que permite compreender como operam as desigualdades entre as mulheres que se dedicam ao trabalho de cuidar e serve ao mesmo tempo para mostrar que o cuidado continua a ser pensado (divisão sexual do trabalho) como uma tarefa atribuída às mulheres, com ou sem remuneração, em todo o mundo.

Como mostraremos em seguida, no caso cabo-verdiano, a migração dá origem a estruturas familiares transnacionais, que se caracterizam pelo cumprimento de obrigações familiares com o grupo doméstico de referência a partir dos países de destino (e para onde alguns dos seus membros emigraram), e que habitualmente são as de obter ingressos económicos, trabalhar para garantir a educação, a saúde e o acesso a bens e serviços básicos e aos cuidados familiares. Neste contexto veremos como a emigração feminina serve para mostrar que a organização dos cuidados em Cabo Verde, continua a sustentar-se no universo social das mulheres. Quando as mulheres emigram e vão trabalhar no sector do serviço doméstico de outros países, os cuidados das suas famílias é reorganizado entre as mulheres do grupo doméstico que fica em Cabo Verde.

Neste sentido, cabe perguntar até que ponto é novo o facto das mulheres com menos recursos económicos trabalharem no serviço doméstico e se encarregarem das tarefas reprodutivas de mulheres e famílias de posição social melhor. Tal como afirma Parella (2011), podemos encontrar alguns antecedentes históricos semelhantes, como por exemplo, na prestação de cuidados nas migrações rurais-urbanas em Espanha, ou no padrão de incorporação laboral das mulheres afro-americanas nos Estados Unidos depois do período da escravatura (Davis, 1981). O que é singular e inovador na prestação dos cuidados actual, não é o volume e a intensidade que o fenómeno apresenta, mas a necessidade de captar a complexidade do trabalho reprodutivo a partir de um padrão analítico e teórico global (Parella 2011).

Portanto, este trabalho tem como ponto de partida o processo de feminização das migrações, no qual prestaremos especial atenção ao caso cabo-verdiano, e a sua vinculação com a globalização dos cuidados. Neste sentido, analisaremos os impactos da feminização da migração na configuração das famílias transnacionais, e na reconfiguração das tarefas reprodutivas assim como os seus impactos na economia, através das remessas financeiras e sociais.

² Este conceito será explicado no capítulo 3.2.1

³ Entendida como uma crise global, polifacetada, ligada a um colapso financeiro que causa impactos negativos nas estruturas sociais e económicas: crise do meio ambiente, energética, alimentar e dos cuidados.

Feminização das Migrações - tendência global e em Cabo Verde

Segundo os últimos dados publicados pelo Banco Mundial em relação ao ano 2010 (Banco Mundial 2011), o número de migrantes ao nível mundial alcançou os 215,8 milhões, o que significa que 3,2% da população mundial se encontra imerso num processo de mobilidade humana. Dentro desta percentagem, a população em situação de refúgio alcança os 16,3 milhões, ou 7,6% do total de imigrantes. Um dado a considerar é o facto da migração Sul-Sul ser maior que a migração do Sul em direcção a países de rendimentos elevados da OCDE. Assim, mais de 43% dos emigrantes dos países em desenvolvimento reside noutros países em desenvolvimento.

No entanto, os dez países que receberam maior número de imigrantes no ano de 2010, em ordem decrescente, foram: Estados Unidos, Rússia, Alemanha, Arábia Saudita, Canadá, Reino Unido, Espanha, França, Austrália e Índia. De igual modo, os dez países com maior proporção de emigração em relação à sua população local são: México, Índia, Rússia, China, Ucrânia, Bangladesh, Paquistão, Reino Unido, Filipinas e Turquia.

Em relação à migração feminina, segundo os últimos dados disponíveis do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UN 2009), a migração feminina constitui quase a metade (49%) do *stock* global de migrantes. Em 2010, a percentagem de mulheres migrantes foi a mais elevada na Europa (52%) e Oceania (51%). Na América Latina e nas Caraíbas e na América do Norte, o número de mulheres migrantes é equiparável ao de homens migrantes. A migração masculina continua a superar a feminina na Ásia (55%) e em África (53%), (ONU 2010). Países como Perú, Bolívia, México, Sri Lanka, Indonésia, Índia, Tailândia, Filipinas ou países do Leste Europeu proporcionam mão-de-obra feminina a numerosos países europeus, EUA, Canadá, assim como às grandes cidades e conurbações latino-americanas, ou às zonas urbanas dos recém-industrializados países da Ásia ou dos países ricos em petróleo do Médio Oriente (Hondagneu Sotelo, 1997, 2000).

No entanto, a importância da feminização dos fluxos migratórios não está baseada na dimensão quantitativa do fenómeno, não nos estamos a referir a um incremento da proporção de mulheres migrantes, uma vez que as mulheres sempre protagonizaram processos migratórios tanto internos como internacionais. O que é de facto significativo é que as mulheres empreendem cada vez mais processos migratórios autónomos à escala internacional, por motivos económicos e laborais, e não somente por motivos de mudança de residência para se reunirem com os seus maridos (Parella 2011). No caso cabo-verdiano verificam-se as mesmas características, tal como analisaremos nos seguintes capítulos.

As principais motivações para a migração feminina residem na escassez de oportunidades de emprego nos países de origem e no incremento das *chefias femininas* dos lares e a outros condicionantes de género (por exemplo, fuga a situações de violência baseada no género). Tais processos estão relacionados com a feminização dos denominados *circuitos globais de sobrevivência* nos termos que propõe Saskia Sassen (2002, 2003) e com as transformações nos mercados de trabalho dos países receptores, que se converteram em recrutadores de mão-de-obra feminina para desempenhar as tarefas de cuidado. Isto confirma a existência de padrões de

recrutamento diferentes de acordo com o género e que intensificam os sistemas globais de estratificação. Como explica Vega, os trabalhos de cuidado incluem os serviços de limpeza, o cuidado de crianças e idosos, prestados em contexto laboral de emprego doméstico (servir como empregada numa casa) como os serviços domiciliários prestados por empresas ou os serviços sociais de carácter público e outras modalidades híbridas institucionalmente mediadas (Vega 2009). Para o caso cabo-verdiano, uma das primeiras questões a assinalar é precisamente a ausência de dados estatísticos actualizados. Contamos apenas com as informações proporcionadas pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde⁴ (INECV) para o ano 2010 e que discrimina por Concelhos de Cabo Verde a percentagem de homens e mulheres migrantes e indica que em termos gerais desde o ano 2005 até ao 2010, saíram mais mulheres do que homens por concelhos em Cabo Verde. Em termos absolutos, dos vinte e dois concelhos registados, em dezoito emigrou maior número de mulheres do que homens.

Impacto nas famílias

Um dos impactos mais significativos dos fluxos migratórios é o surgimento de famílias transnacionais. Neste trabalho entenderemos por família transnacional aquelas "cujos membros vivem algo ou a maior parte do tempo separados, apesar de este facto, mantêm-se unidos e criam um sentimento de bem-estar colectivo e de unidade que atravessa fronteiras" (Bryceson y Vourela 2002:3-7). A dimensão mais significativa desta definição é que as famílias têm uma natureza relacional baseada numa reconfiguração do conceito da presença física dos seus membros. Esta forma de "construir" a família, permite alimentar um imaginário partilhado de "pertencas" que transcendem períodos e lugares concretos. E como em qualquer outra família, estas têm que mediar as desigualdades entre os seus componentes, sendo estas desigualdades de carácter económico, social, de género, e portanto desigualdades que também cruzam indistintamente práticas produtivas e reprodutivas. Dado que a migração cabo-verdiana é uma característica da sociedade cabo-verdiana, podemos afirmar que a transnacionalidade da família é um elemento característico desta sociedade.

Um dos impactos derivados da transnacionalidade das famílias é a construção das maternidades e paternidades transnacionais. O conceito de maternidade transnacional relaciona-se directamente com o das redes ou circuitos globais de cuidados que vimos anteriormente. Neste sentido, a maternidade transnacional é um exercício da maternidade à distância, porque as mulheres emigrantes deixam os seus filhos no país de origem, ou porque são alguns dos seus filhos e filhas que viajam com outro familiar ou deixam o país para ir estudar fora. Em todos estes casos encontramos-nos perante uma estratégia do grupo doméstico para assegurar a sua sobrevivência. Esta estratégia familiar assumida requer de todos os membros da família um ajustamento constante dos activos que presidem nas relações de intercâmbio e reciprocidade. Considerando que as mulheres emigrantes encontram trabalho habitualmente no sector do serviço doméstico e no

⁴ <http://www.ine.cv>, consultado em 15 de Outubro de 2012.

cuidado de idosos e pessoas doentes, poderia afirmar-se que a maternidade transnacional das mulheres migrantes que realizam tarefas de trabalho doméstico em contextos receptores, está vinculada à extracção da necessidade dos actos de cuidar, por parte das sociedades ricas, que compram a preços muito baixos os cuidados e afectos das mulheres emigrantes.

Um elemento a destacar é o facto de que as famílias transnacionais ligadas à feminização do processo migratório estão fortemente estigmatizadas e causam alarme social (Pedone, 2008). No caso cabo-verdiano esta mesma causa pode ser observada na persistência de discursos presentes nos meios de comunicação social, e de senso comum nas conversas informais, nos quais se insiste que as mulheres ao emigrar deixam as suas famílias "desamparadas", o que pode contribuir para o surgimento de famílias desestruturadas e de abandono dos filhos. Este tipo de discursos foram já denunciados, pelas organizações civis que trabalham com mulheres, vinculando sobretudo a migração feminina. No entanto, quando são os homens a emigrar, este discurso não se mostra tão crítico (abandono familiar, desestruturação, autoridade paterna-filial, etc.), porque se pressupõe que os cuidados familiares são garantidos pelas mulheres do grupo doméstico (mulheres da família), que permanecem em Cabo Verde. Estas questões são de grande importância se tivermos em conta que de acordo com os dados do [Plano para Igualdade e Equidade de Género \(PNIEG\) 2005-2009](#), um terço dos agregados familiares cabo-verdianos são monoparentais e chefiados por mulheres (ver adiante o capítulo sobre a importância deste estudo para Cabo Verde).

Impacto na economia

Um dos impactos que causa maior atenção política, mediática e económica, tanto nos países de origem como nos de destino dos e das emigrantes, é o envio de remessas financeiras. De acordo com o Banco Mundial, no ano 2010, os dez países destinatários de remessas mais importantes por montantes enviados (em milhões) são: Índia (US\$55.000), China (US\$51.000), México (US\$22.600), Filipinas (US\$21.300), França (US\$15.900), Alemanha (US\$11.600), Bangladesh (US\$11.100), Bélgica (US\$10.400), Espanha (US\$10.200) e Nigéria (US\$10.000).

No que diz respeito ao presente Relatório, uma das dimensões de análise a considerar nos trabalhos sobre género e migrações é a referência ao envio e recepção das remessas partindo de uma perspectiva de género. São relevantes os trabalhos publicados pelo INSTRAW, que analisam os padrões de género no envio, recepção, uso e gestão das remessas (Instraw, 2006; Instraw, 2007), e que expõem o modo como as remessas podem ser um veículo para transformar as relações entre homens e mulheres. Os dados disponíveis indicam que as mulheres enviam uma maior proporção dos seus ganhos/vencimentos do que os homens e, além disto, de maneira mais regular e sistemática. Estas remessas são utilizadas principalmente para sustentar necessidades quotidianas e serviços de saúde ou educação (UNFPA, 2006).

A importância deste estudo em Cabo Verde

Segundo os dados do Censo 2010 do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde⁵ (INECV), a população cabo-verdiana era constituída por 491.875 pessoas residentes em Cabo Verde, dos quais dos quais as mulheres representam 50,4% (INECV 2012; Banco Mundial, 2011). De acordo com os dados do Banco Mundial é um dos países africanos com maior número de emigrantes, totalizando quase 40% da população total.

Com a explicação do [Plano para Igualdade e Equidade de Género \(PNIEG\) 2005-2009](#), em 2007 (INEQUIBB) a estrutura dos agregados familiares era a seguinte: 9,1 % eram unipessoais, 4,2% casais isolados, 39,6% conjugais nucleares, 36,9% mono parental e 10,1 denominados como "outros". Isto indica que o modelo de família, conjugal nuclear, formada por um casal e os filhos, todos vivendo juntos e onde o homem é o principal provedor, está longe de ser uma realidade hegemónica em Cabo Verde.

Partindo desta informação, podemos colocar algumas questões iniciais em relação à migração cabo-verdiana: Que impacto tem o fenómeno migratório na configuração dos lares cabo-verdianos e nas relações de género presentes nos mesmos? Quais os impactos da migração da chefe de família nos agregados monoparentais? E quais são os impactos da migração de um dos membros do casal nos agregados familiares nucleares?

A primeira lacuna encontrada na literatura sobre a migração cabo-verdiana é a ausência notável de estudos parciais, continuados, transversais, sobre a estrutura da família em Cabo Verde. Esta lacuna em circulação tanto no discurso institucional como da população foi preenchida por um ideal hegemónico de família, de raiz monogâmica, católica ou de outra confissão religiosa cristã, heteronormativa e ocidental. Este modelo familiar herdado do período colonial gera tensões com as formas familiares amplamente encontradas nas Ilhas de Cabo Verde, e com a configuração de uma grande parte das famílias cabo-verdianas, como famílias transnacionais. Precisamos conhecer todavia, quais são os elementos que caracterizaram e caracterizam os lares/agregados transnacionais cabo-verdianos; como é construída esta transnacionalização como são praticadas de forma quotidiana as maternidades transnacionais assim como as paternidades, e finalmente, como se alteraram as relações de género.

a) Impacto nas famílias que ficam para trás

Para analisar o efeito do impacto das migrações nas famílias não podemos perder de vista o contexto de um país insular, com uma história de fixação forçada das populações a um meio ambiente hostil que permite entender alguns condicionantes da vida dos seus habitantes através de factores não económicos. Por outro lado um país no qual os factores económicos e pessoais concorrem (poderosamente) para um sistema e imaginários sociais, que influenciam a decisão de emigrar.

⁵ <http://www.ine.cv>, consultado em 15 de Outubro de 2012.

Assim, a desigualdade entre os sexos na distribuição da riqueza, a feminização da pobreza tanto no meio urbano como rural, a desigualdade salarial e a elevada taxa de desemprego feminino, e a sobrevivência de tradições patriarcais (controlo social da mulher, ainda muito presente no meio rural) limitam a independência económica das mulheres e impedem o combate aos desequilíbrios de género ainda presentes em diversos âmbitos na sociedade cabo-verdiana.

No ano 2010, o estudo promovido pelo Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género, e encomendado pela Comissão Económica da ONU para a África (ECA) "[Género em África, Índice de Desenvolvimento da Condição Feminina em Cabo Verde](#)", oferece resultados no que respeita à avaliação do progresso feito pelos sucessivos governos de Cabo Verde em termos de políticas de género, à avaliação das desigualdades entre os sexos no país e à identificação dos desequilíbrios de género persistentes. O estudo conclui que *"o impacto das políticas públicas de promoção da mulher e da igualdade de género têm tido um resultado mitigado"* (IDISA / CEA 2010:91).

Urge perguntar de que modo a elevada taxa de desemprego juvenil e feminino influencia de facto a emigração de mulheres em Cabo Verde? O documento da OIM "Migração em Cabo Verde - Perfil Nacional 2009" assinala uma reduzida capacidade do mercado de trabalho para absorver a mão-de-obra disponível no país.

Se consideramos outro âmbito como o da educação e género em Cabo Verde, as taxas de escolarização no Ensino Superior apontam para uma presença feminina superior à masculina no ano lectivo 2008/2009 (15,4% mulheres; 12,1% homens, (IDISA/ CEA/2010:10). Um dos motivos já apontados para que as mulheres emigrem em qualquer parte assenta na tendência crescente do número de mulheres que completam a educação superior ou a formação profissional que as preparam para ocupar postos de trabalho qualificados tanto no país como no estrangeiro. Se o mercado de trabalho em Cabo Verde continua estruturalmente a não oferecer oportunidades para elas, isto afecta muito as famílias, incentivando que muitas procurem na emigração uma forma de escapar à pobreza, ou simplesmente à limitação do seu desenvolvimento pessoal e social.

Por outro lado, coexiste um segmento populacional feminino cuja taxa qualificação da mão-de-obra é baixa (IDISA/ CEA/2010), num mercado laboral crescentemente segmentado e competitivo e de carácter informal, ocupado geralmente por mulheres com rendas baixas sendo que muitas delas são chefes de família. De acordo com os últimos dados do INECV, em 2011, a taxa de desemprego em Cabo Verde situou-se em 12,2%, o que implica um aumento de 1,5 pontos percentuais em relação aos dados de 2010 (10,7%). A elevada taxa de desemprego continua a ser um problema grande para o país.

Um estudo recente do Banco Mundial⁶ demonstra que a emigração contribui para a redução da pobreza em muitos países e isto é também um facto aplicável a Cabo Verde. Outro aspecto a considerar sobre o impacto nas famílias relaciona-se com o facto evidente de que em muitos países

⁶ Cf. "Migration and poverty towards better opportunities for the poor", Banco Mundial, 2010, resumo.

em vias de desenvolvimento, quando os homens se deparam com a situação de desemprego nos seus países de origem, é crescente o número de mulheres que procura um emprego emigrando⁷.

Se prestarmos atenção aos factores de natureza pessoal que podem incentivar igualmente a saída das mulheres em Cabo Verde e em maior número em certos concelhos do país, como parece ser a tendência expressada pela Tabela 5, veremos que nas famílias o impacto pode ser o mais variado. Temos que questionar-nos sobre o modo como se adaptam as famílias tendo em conta o papel e a posição ou grau de dependência dentro do agregado familiar de quem emigra. Se é uma jovem que vai estudar para outra ilha, ou para o estrangeiro, que esforços económicos são necessários para custear as despesas?

Encontramos no trabalho de campo várias histórias pessoais, de mães chefes de família que contraíram empréstimos bancários, ou aumentaram as suas horas de trabalho, buscando um segundo emprego, ou recebendo ajuda material, roupas, calçado, material escolar de outros parentes emigrados no estrangeiro, para poderem enviar as filhas e filhos a estudar.

Por outro lado, a idade e a posição familiar que ocupa uma mulher ou um homem na família em Cabo Verde são factores a considerar. No nosso estudo, este aspecto é mais visível nas mulheres, e é contextualizado pela vigência de imaginários sobre a emigração que criam expectativas nas comunidades e famílias. Queremos dizer que, sendo a emigração é encarada como um recurso de sobrevivência e estratégia de continuidade das famílias, depositam-se expectativas elevadas no acto de emigrar: o êxito a alcançar redunde em benefícios tanto para a família, como para o grupo doméstico e a comunidade de origem dos emigrantes.

Para as mulheres, estes aspectos juntam-se à necessidade de continuar a manter as obrigações familiares de sustento e assistência dos que ficaram para trás, que como já vimos em diversos estudos, não só compreendem a família nuclear, mas também o das famílias monoparentais e o grupo doméstico extenso (Carling, 2002; Grassi, 2007; Souza Lobo; 2006). A migração laboral feminina no mundo e em Cabo Verde é com frequência encarada sob um prisma de desvalorização e percepção negativa quanto aos seus efeitos, onde os discursos sobre o forte impacto que causa nas famílias ocultam a dimensão social que obriga muitas vezes a que essa decisão feminina de emigrar se materialize em muitos lares em Cabo Verde. Deve-se analisar, em primeiro lugar, a um nível macro, algumas causas já estudadas sobre os motivos da migração feminina no mundo actual e podemos citar algumas bem conhecidas:

- Mulheres que procuram escapar ao tratamento desigual, seja este social, económico, político ou cultural.
- Procuram evitar as tradições culturais (patriarcais) que as impedem crescer pessoalmente (a esfera individual).
- Muitas mulheres procuram usufruir de liberdade e respeito e procuram o respeito pelos seus Direitos Humanos.
- Mulheres que emigram sozinhas em busca de emprego e sem depender dos homens.

⁷ Cf. OIM, 2008, "[Regional Thematic Working Group on International Migration including Human Trafficking Situation Report on International Migration in East and Southeast Asia, 20th October, 2008](#)".

No entanto, a questão que colocámos, no trabalho empírico realizado em Santiago, deverá ser aqui relacionada com os fundamentos de outro estudo publicado pela ONU/Conferência Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, (CNUCED), ["Quem beneficia com os efeitos da liberalização do comércio em Cabo Verde - uma perspectiva de Género"](#). Este estudo actualiza dados relevantes nomeadamente em aspectos associados directamente com o impacto nas famílias. Perante a "cristalização" da "feminização" da pobreza também nas zonas urbanas, "os agregados familiares chefiados por mulheres tendem a ser mais pobres do que aqueles chefiados por homens" (CNUCED, 2012:3). Também se reitera que nos lares chefiados por mulheres, tanto no meio urbano como no rural, o "acesso aos serviços de electricidade e abastecimento de água é menor" do que aqueles chefiados por homens (ibidem:7). Portanto, teremos que perguntar quais são as estratégias familiares para enfrentar-se estes obstáculos. Nas famílias que entrevistámos no decurso do trabalho de campo, especificamente aquelas de classe popular chefiadas por mulheres e com filhos coabitando, uma das soluções encontradas reside no comércio informal. São aplicados esforços que envolvem não só a chefe da família como também os próprios filhos, que participam na venda de produtos confeccionados em casa, como bolos, ou na revenda de sumos, a outros vizinhos da zona de residência. Esses ganhos equilibram a economia doméstica das mulheres chefes de família com rendas económicas baixas⁸, na cidade da Praia.

Em conclusão, neste capítulo procurámos compreender o modo como a combinação de diferentes factores - económicos, não económicos, pessoais e familiares - concorrem para o estabelecimento de expectativas perante a solução encontrada na emigração, enquanto recurso de sobrevivência e mitigação da pobreza, ou seja, um recurso em que as mulheres cabo-verdianas se vêm fortemente empenhadas. Por outro lado, o aumento das qualificações académicas das mulheres e a escassa capacidade de absorção do mercado laboral nacional de uma força de trabalho preparada, feminina e masculina, esbarra com uma taxa de desemprego elevada e persistente que incentiva a procura de um futuro mais seguro na emigração.

Por fim, a vigência de imaginários sociais, de expectativas elevadas das comunidades de origem e da entreajuda nas redes de solidariedade familiar baseadas na manutenção de obrigações familiares, levam a que as famílias procurem ajustar os diferentes impactos segundo o seu capital social (redes, grupo doméstico), económico e cultural. As famílias procuram oportunidades de melhoria que simultaneamente acarretam diferentes desafios e constantes negociações dos papéis sociais dos membros familiares, não isentos de alguns riscos, como a separação, a distância e a ausência pela emigração.

b) Remessas

As remessas enviadas do estrangeiro pelos emigrantes cabo-verdianos de ambos os sexos são uma importante fonte de entrada de divisas para o país e além do mais, desempenham um papel fundamental no equilíbrio da Balança de Pagamentos (OIM, 2009) e nas vidas quotidianas das

⁸ "O Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP) - que constitui uma das vertentes da Estratégia de Crescimento e de Luta Contra a Pobreza 2008-2011 - recomenda a implementação de ações a favor das mulheres de baixa renda, especialmente para aquelas que são chefes de família (FMI, 2010b) " (CNUCED, 2012:6)

famílias cabo-verdianas, tal como analisaremos mais adiante. No entanto, impõe-se assinalar à partida que os dados oficiais referentes ao envio de remessas para os lares do país⁹ não se encontram desagregados por sexo. As remessas constituem um fluxo constante de capital na Balança de Pagamentos cabo-verdiana, desde o ano de 1999.

TABELA 1: REMESSAS EM CABO VERDE 1999-2012

Anos	Remessas de Emigrantes (milhões de €)	Remessas de Emigrantes em percentagem do PIB
1999	8.070,84	13,07
2000	10.231,61	15,85
2001	9.473,95	13,66
2002	10.529,21	14,47
2003	9.923,17	12,48
2004	9.017,59	10,99
2005	11.776,34	13,66
2006	11.478,33	11,79
2007	10.768,53	10,04
2008	11.029,24	9,57
2009	10.222,11	8,84
2010	10.325,06	8,33
2011	13.417,05	10,18
2012	6.600	-

Elaboração Própria. Fonte: Balança de Pagamentos Normalizada ,BCV 2012

Como se pode constatar na tabela anterior, em relação ao fluxo de remessas, o valor de envio mais reduzido corresponde ao ano 1999, se bem que no extremo oposto, o valor mais elevado corresponde ao ano 2011, com 13.417,05 milhões de escudos. Se por um lado foram verificadas oscilações no decurso da década de 2000, podemos afirmar que se tem mantido uma lógica de crescimento gradual. Torna-se especialmente significativo que desde o ano 2008 as remessas seguiram uma tendência ascendente, apesar do contexto de crise vivido nos E.U.A e na U.E. confirmando a característica contracíclica das remessas financeiras. Isto deve-se ao facto da decisão do envio de remessas depender mais de factores que se prendem com a importância das relações sociais, de princípios de solidariedade e obrigações morais, do que de lógicas de custo-benefício que em situação de crise poderiam obrigar à suspensão quase imediata, ou pelo menos à redução dos fluxos de investimento (OIM 2009). De facto, são quantias relativamente estáveis ao longo do tempo, precisamente porque são orientadas a apoiar as necessidades humanas básicas dos lares que ficaram atrás.

No que respeita à dimensão das remessas por percentagem do PIB cabo-verdiano, as quantidades enviadas pelos cabo-verdianos no estrangeiro representaram valores que oscilam entre 15,85% (o mais elevado) e 8,33% (o mais reduzido). Em termos médios, podemos afirmar que o dinheiro

⁹ Esta questão foi detetada e assinalada em relatórios anteriores, como por exemplo o relatório "Género em África: Índice de desenvolvimento da condição feminina em Cabo Verde", 2010. Comissão Económica Nações Unidas para África (ECA). Ou o relatório "Migração em Cabo Verde: Perfil Nacional 2009", da OIM.

enviado pelos migrantes cabo-verdianos no estrangeiro representou 11,7% do PIB desde o ano 1999 até 2011. Ainda assim, também podemos encontrar fluxos de remessas que têm como ponto de partida Cabo Verde. Trata-se das chamadas remessas inversas, e tal como noutros casos, são quantidades de dinheiro enviadas pelas famílias aos seus migrantes quando estes se encontram a passar por alguma dificuldade no estrangeiro. Estes casos afectam aquelas pessoas que residem em países europeus (como Portugal e Espanha, sobretudo) e que são obrigados a aplicar medidas de ajustamento, resultantes de forma directa na falta de oportunidades de amplos sectores da população, dos quais os migrantes cabo-verdianos não são excepção.

Outro dado relevante é a proveniência das remessas. Segundo dados do Banco Central Cabo-verdiano, em 2012, o maior volume de dinheiro remetido é proveniente de Portugal (4.757,9 milhões de escudos CV) e de França (2.748,1 milhões de escudos CV), enquanto dos E.U.A. provém o terceiro valor mais relevante. Isto pode ser explicado pelo facto da migração cabo-verdiana para os E.U.A. ter raízes históricas (continuadas há mais tempo) ser estável e ter encontrado condições para reagrupar lá as famílias, mantendo por isso menos relações familiares directas em Cabo Verde. No entanto, no caso de Portugal e de França, as redes familiares e sociais encontram-se mais activas e mantém-se um fluxo constante de idas e vindas entre ambos países¹⁰:

TABELA 2: REMESSAS POR PAÍS DE ORIGEM (milhões de Escudos)

PAÍSES	2011	Jun-12
Estados Unidos	1.667,10	135,6
Países Baixos	1.211,30	70,2
França	2.748,10	199,2
Itália	712,9	51,5
Alemanha	193,1	13,5
Portugal	4.757,90	302
Reino Unido	344,5	25,3
Suíça	452,2	34,7
Angola	50,1	4,4
Luxemburgo	413,1	31,5
Espanha	311,4	18
Outros	555,35	26
TOTAL	13.417,05	912

Elaboração Própria. Fonte: Remessas de Emigrantes por País de Origem, BCV 2012

Até este ponto, referimo-nos ao dinheiro dos migrantes cabo-verdianos do ponto de vista nacional, tanto no seu envio como na sua recepção. No entanto, as remessas implicam uma dimensão local mais do que nacional. A análise torna-se enriquecedora se for desenvolvida ao nível das localidades concretas e das famílias específicas. No quadro seguinte expomos os dados das remessas segundo os concelhos cabo-verdianos, para depois identificar quais os concelhos que recebem mais remessas, e aqueles que recebem menos:

¹⁰ Será necessário recordar que a população portuguesa representa o quinto grupo de estrangeiros no país, depois de Guiné Bissau, Senegal, Nigéria, e China (OIM 2009).

Tabela 3: REMESSAS POR CONCELHOS, 2010-2011

Milhões de Escudos cabo-verdianos

Concelhos	2010	2011
Praia	2.611,58	3.743,79
S.Vicente	2.027,61	2.518,37
Sta Catarina	1.388,92	1.899,00
Tarrafal	884,11	1.198,92
S. Nicolau	707,22	837,55
Fogo	680,06	730,14
Sta Cruz	323,18	465,28
RªGrande	354,87	410,03
Sal	355,25	398,46
Maio	260,98	329,91
Porto Novo	273,21	315,11
Boa Vista	229,51	293,28
Brava	236,95	228,81
Total Nacional	10.333,45	13.368,65

Elaboração Própria. Fonte: Remessas de Emigrantes por Concelhos, BCV, 2012

Segundo os dados do Banco Central de Cabo Verde para o ano 2012, os concelhos aos quais chega uma maior quantidade de remessas são Praia e São Vicente, e os concelhos aos que chega menos são Brava e Boa Vista. Do mesmo modo, observa-se uma tendência para o crescimento na recepção de remessas em todos os concelhos, no que concerne ao período homólogo de 2010-2011, excepto no caso do concelho de Brava (contribuições passam de 236,95 milhões de escudos em 2010 para 228,81 milhões de escudos em 2011).

Como dizíamos anteriormente, os agregados familiares são os principais receptores das remessas. Um dos aspectos mais significativos é o modo como se distribui a renda nos agregados e o papel desempenhado pelas remessas nas rendas familiares. Segundo um estudo da CNUCED, as remessas e os rendimentos externos são importantes fontes de recursos, já que no ano 2002 representavam em média 10,5% da renda total de um agregado familiar. Nas áreas rurais, as remessas são responsáveis por quase 15% do total da renda, enquanto nas áreas urbanas elas correspondem apenas a 7,1%. No caso dos lares chefiados por mulheres, as remessas alcançam montantes superiores à dos chefiados por homens, quer seja em contextos rurais (18,6% chefia feminina, 12% chefia masculina) ou urbanos (11,5% chefia feminina, 3,9% chefia masculina) (CNUCED, 2011).

Uma questão relevante para a análise dos envios de dinheiro, é o conhecimento da sua proveniência por sexo. No entanto e de novo, confrontamo-nos com a falta de dados. A informação obtida do Banco Central de Cabo Verde não analisa estes fluxos financeiros segundo o sexo de quem os envia. Seria interessante poder saber se as mulheres cabo-verdianas enviam mais dinheiro que os homens, tal como sucede noutros casos já analisados em estudos migratórios, como sendo o caso das migrações femininas andinas para Espanha¹¹. Cortés (2013), concluiu que embora as

¹¹ Os países analisados foram Bolívia, Colômbia, Equador e Perú.

mulheres recebam salários menores que os homens, elas enviam mais dinheiro e com maior frequência aos seus familiares do que os seus parentes masculinos.

Só conseguimos encontrar uma referência que escolhe Andrea de Souza Lobo (2006) na sua tese de doutoramento, sobre um estudo de caso realizado em Nápoles na década de 1980 por Monteiro (1997:470)¹², na qual se demonstra que "as mulheres fazem mais remessas que os homens, elas enviam cerca de 17,6% do que recebem por ano, enquanto eles enviam de 6,6% a 13,3%, dependendo do nível salarial. Além de enviarem mais dinheiro, foi observada uma maior continuidade nas remessas no caso das mulheres" (Monteiro em Lobo 2006). Seria necessário colocar actualmente estas mesmas questões e incluir uma perspectiva geográfica mais ampla ao assunto (por exemplo, podia ser aplicado um inquérito sobre os hábitos de envio por sexo naqueles lugares onde a presença cabo-verdiana seja elevada, como é o caso de Portugal, de França e dos E.U.A.). Do mesmo modo, deveríamos tentar averiguar a participação das remessas femininas no PIB nacional, já que segundo outros casos estudados na América Latina, as mulheres enviam maiores quantidades de dinheiro, também seriam elas as que estariam contribuindo mais para o desenvolvimento nacional¹³.

Relativamente ao uso e administração das remessas convém destacar, em primeiro lugar, que tão importante quanto o uso do dinheiro é quem o administra, na medida em que este se encontraria no centro das relações de poder dos agregados familiares. Partindo do trabalho de Andrea de Souza Lobo, sabemos que no caso das mulheres migrantes em Boa Vista são outras mulheres que cuidam das crianças que ficam, são elas que recebem as remessas de dinheiro vindas do exterior, e quando uma emigrante contacta a família em Cabo Verde é a sua mãe que ela procura (Lobo 2006: 75). No entanto, desconhecemos se esta tendência se mantém para o resto das ilhas. Neste sentido, verificamos de novo a necessidade de afirmar que nos encontramos perante a ausência de dados que nos permitiriam assinalar como se processa a administração das remessas nos lares cabo-verdianos em geral. Neste ponto, seria muito interessante conhecer se em Cabo Verde é seguido o mesmo padrão que em outros países bem estudados, como são os casos do México e do Equador. Nestes casos, são as mães dos filhos que permanecem no país de origem as que em primeiro lugar administram o dinheiro que lhes envia o pai, seguido de pais que recebem o dinheiro das mães que emigraram, depois as irmãs e irmãos. No caso cabo-verdiano, verificámos pelas nossas observações de campo em Santiago, que as avós desempenham também um papel chave na administração do dinheiro que chega com a migração.

É importante assinalar, que junto das remessas financeiras existe um fluxo de envio de remessas materiais, ou seja, de bens que são adquiridos localmente na Europa ou nos E.U.A., nomeadamente roupas, sapatos, bijutérias da moda, louças, livros, materiais escolares, produtos de limpeza e higiene pessoal, bem como itens encomendados por familiares, ou medicamentos que sejam difíceis de encontrar nas ilhas, e que são remetidos ou levados pelos migrantes como presentes

¹² MONTEIRO, C. A. 1997, Comunidade Imigrada. Visão sociológica. O caso da Itália. Praia: Edição do autor.

¹³ Assim, por exemplo, Cortés reuniu no seu trabalho esta mesma preocupação para os casos de mulheres bolivianas, colombianas, equatorianas e peruanas que residiam em Espanha. Nos quatro casos, o contributo das mulheres para os PIB nacionais oscilaram entre o elevado 5,95% das mulheres bolivianas, e o valor mais reduzido mas não menos considerável de 0,31% no caso peruano. Nestes quatro casos, a participação das mulheres no PIB nacional respetivo é superior ao dos homens (Cortés 2013).

quando regressam a Cabo Verde. Do mesmo modo, os familiares enviam *coisas da terra*: queijo, aguardente de cana, ponche, bolachas, pães, peixe seco, mariscos (especialmente lagosta) e doces. As emigrantes também solicitam o envio de fotos dos parentes, especialmente dos filhos. Portanto, encontramos-nos perante um processo de ida e volta, perante um processo de intercâmbios no espaço migratório transnacional.

O caso mais comum de envio de remessas materiais é a compra e/ou envio de *bidons* vindos dos Estados Unidos. Os preços dos *bidons* cheios rondam os 55.000 ECV (escudos cabo-verdianos), e são enviados cheios de roupa em segunda mão, sapatos, perfumes, medicamentos, papel, etc. Nalguns casos são comprados pelas mulheres com o objectivo de vender o seu conteúdo nos mercados locais (como o mercado de Sucupira na cidade da Praia). As pessoas que disponham de recursos financeiros e sociais podem comprar um maior número de *bidons* e com um conteúdo de melhor qualidade (roupa nova), ou então roupa em segunda mão em muito bom estado/praticamente nova. Noutros casos, são envios que os familiares no estrangeiro realizam com o objectivo de apoiar os que ficam atrás provenientes de esposos que enviam os *bidons* às suas esposas. Também encontramos casos de familiares mulheres (tias, primas) que enviam *bidons* a outras familiares mulheres com o mesmo objetivo. Do mesmo modo, podemos observar que nalguns casos as mulheres vendem uma parte da mercadoria dos *bidons* em Santiago, e por sua vez, enviam outra parte da mercadoria a outras mulheres da família (mães e/ou irmãs) que dela necessita e que vivem noutras ilhas. Encontramo-nos, portanto, perante uma rede de solidariedade baseada no parentesco e na *sororidade* (solidariedade entre mulheres).

Como tivemos oportunidade de observar, as remessas são quantidades importantes de dinheiro que têm impactos directos nos agregados familiares. Mas além disso, através das remessas do envio de bens, visitas e fluxos de objectos em geral, os que *estão ausentes tratam de estar presentes*. É uma forma de expressar os laços de afecto, estratégia fundamental para a manutenção do sentimento de pertença e para a construção da "intimidade à distância", tanto para os que estão fora como para os que permaneceram na terra natal (Lobo 2006: 21).

II - Metodologia

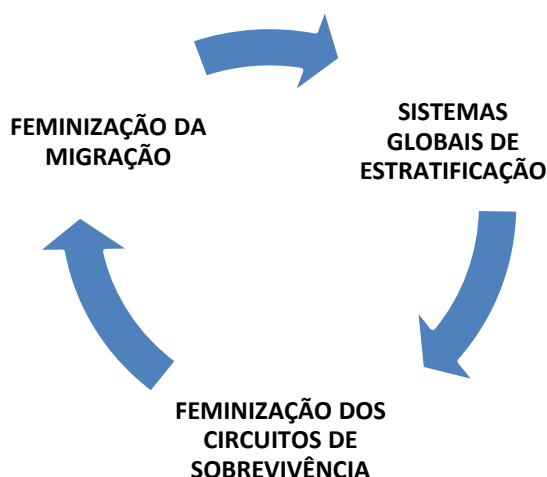
Este estudo etnográfico sobre o processo de feminização das migrações e os impactos sobre a família de resulta de um trabalho empírico feito na Ilha de Santiago, República de Cabo Verde, e é composto por diferentes fases de investigação e técnicas de trabalho, que incluíram diversos grupos de discussão com informantes qualificados durante um período de trabalho de campo de dezoito dias de duração.

A Antropologia Social e Cultural é uma disciplina autónoma, caracterizada por desenvolver técnicas de trabalho próprias, tais como um campo ou terreno de investigação, a observação participante e diversas formas de entrevistas qualitativas, e por trabalhar sobre um domínio específico de pesquisa: o objecto de estudo. Este trabalho baseou-se fundamentalmente na aplicação destas

técnicas próprias da ciência antropológica. Assim, a estratégia metodológica adoptada pelo grupo de consultores foi executada no modo como se apresenta de seguida.

Neste trabalho de pesquisa fizemos uso de duas importantes categorias de análise: a feminização das migrações, como uma das tendências mais relevantes para os estudos das migrações internacionais, e a categoria das unidades domésticas (conhecidas popularmente como famílias), sejam estas transnacionais ou não. Para esta investigação entenderemos por feminização da migração, o processo pelo qual as mulheres são as protagonistas de projectos migratórios autónomos à escala internacional por motivos que podem ser económicos, de trabalho ou de formação académica ou profissional (Parella, 2011). Este conceito tem especial importância para o caso cabo-verdiano, tal como mostraremos nos seguintes capítulos e relaciona-se com outros dois mais: a feminização dos circuitos de sobrevivência (Sassen, 2002, 2003), e a consolidação de sistemas globais de cuidado estratificados. Neste trabalho, a metodologia que utilizamos recolhe precisamente este nexos de ligação entre a feminização dos circuitos de sobrevivência, com a feminização da migração e a existência de sistemas globais de estratificação dos cuidados.

FIGURA 1: Migrações e Sistemas Globais de Cuidados



Quanto à família, este conceito foi e tem sido fortemente debatido e posto em questão dentro da Antropologia, especialmente pela área de estudos sobre o parentesco. Partindo da premissa de que não é fácil definir o que é a família, os estudos já feitos demonstram que não existe como tal uma definição universal de família. Para o presente estudo, partimos da ideia da família como uma "realidade social e cultural, não natural". No entanto, a família nuclear heterossexual ocidental, monógama e cristã, é a que se apresentou como uma realidade universal legitimada através do processo de naturalização¹⁴. O parentesco ou as regras a partir das quais se designa quem é familiar e quem não, estão presentes em todas as culturas humanas e regem-se por dois princípios: a afinidade (matrimónio), e a filiação (regras que designam quem são os descendentes). A naturalização de estes dois princípios foi feita sobretudo a partir da ideia da existência de laços de

¹⁴ A naturalização é um processo social em virtude do qual se apresenta e transmite como um facto biológico o que é um fenómeno social e cultural.

sangue como princípio que instituí a descendência. No entanto, a ciência antropológica mostrou-nos que a filiação não está baseada apenas na ideia de consanguinidade, mas igualmente também nas relações sociais estabelecidas. A partilha de alimentos, o ritual da adoção são formas claras de criação de vínculos familiares. Neste estudo, entenderemos as regras de descendência num sentido amplo, e falaremos de famílias para além do vínculo sanguíneo, tal como os nossos informantes nos transmitiram sobre o seu universo quotidiano de relações familiares.

Por outro lado, em vez de famílias (que é um conceito mais comum, mais valorativo que analítico), falaremos de *Grupos* ou *Unidades* domésticas, entendendo por tal: grupos de pessoas que se consideram aparentados através de alguma das regras de parentesco (afinidade e/ou filiação), e que partilham o espaço de residência. Assim e depois de rever os dados dos agregados familiares do *Plano para Igualdade e Equidade de Género* (PNIEG) 2005-2009, observamos que 39,6% são conjugais nucleares, 36,9% mono parental, e o terço restante está dividido entre agregados unipessoais, 4,2% casais isolados e 10,1% denominados como "outros". Deste modo, entre os critérios de selecção de pessoas a entrevistar, prestámos especial atenção ao facto de que 37% dos agregados familiares cabo-verdianos são mono "maternais" (agregados chefiados por mulheres), o que se pode entender como uma consequência da migração (quando emigra o esposo dos agregados conjugais nucleares), ou bem, é o tipo de agregado de partida de muitas mulheres que se vêm na contingência de emigar, perante a dificuldade de conseguir empregos estáveis e assim poder manter a sua descendência.

Nesta investigação, partimos da ideia de que as características das unidades domésticas cabo-verdianas em geral e concretamente as de Santiago, são uma consequência da maneira em que são organizados os cuidados na sociedade local. A migração feminina influi e vê-se influenciada pela organização geral dos cuidados, não só porque se gera uma mudança na estrutura das unidades familiares (de agregados conjugais nucleares passa-se a agregados "mono maternais"), ou bem porque os agregados "mono maternais" (chefeados por mulheres) traçam estratégias de sobrevivência que passam necessariamente pela emigração. Esta situação é especialmente significativa no caso dos agregados ou unidades domésticas chefiadas por mulheres cabo-verdianas.

Um dos aspectos das famílias cabo-verdianas que rapidamente pudemos observar, é o da **matrifocalidade**. Este termo refere-se ao facto de que é uma mulher ou várias mulheres que desempenham papéis estáveis e centrais no seio das unidades domésticas. O resto de membros aglutina-se ao seu amparo, e possivelmente são elas que contribuem com o ingresso económico mais importante para o grupo familiar. Este conceito reveste-se de particular importância explicativa para o caso dos agregados "mono maternais", porque ajuda-nos a entender que os cuidados dos ascendentes e descendentes gravitam ao redor do papel exclusivo das mulheres como sustentadoras do grupo doméstico. Os homens ainda que presentes desempenham papéis secundários na tomada de decisões ou contribuição económica para o grupo doméstico. A matrifocalidade é um princípio organizador dos cuidados, característico das comunidades negras descendentes de escravos, muito estudada na região das Caraíbas, como é o caso do povo Garífuna (González, 1970).

Assim, o trabalho de campo realizado e as entrevistas feitas tiveram em conta os seguintes critérios: o tipo de agregado/ grupo doméstico (conjugal nuclear ou mono maternal), origem urbana ou origem rural, e relação de parentesco com a pessoa emigrada (afinidade e/ou ascendência/descendência). Seguidamente explicamos cada uma destas tipologias:

- **Grupos domésticos nucleares:** são as unidades domésticas que estão integradas por um casal (sejam casados ou vivam em comunhão livre), com ou sem descendência. Neste caso, e como norma geral, referimo-nos a agregados que são nucleares mas são chefiados por mulheres, que ficaram como responsáveis da organização doméstica e do cuidado dos filhos, e o esposo ou companheiro é o membro que emigrou. São pouco frequentes os casos em que a pessoa emigrada é a mulher, e é o esposo quem fica encarregado do cuidado da família. Também se aplica à emigração dos filhos e filhas que viviam na unidade doméstica.
- **Agregados/ Grupo Mono "maternal":** são os grupos domésticos integrados por um dos progenitores, neste caso a mãe e os seus filhos.
- **Agregados Uni-pessoais:** grupos domésticos constituídos por um só membro.

Além disso, os tipos de grupos/agregados nuclear e mono “maternal”, podem ser extensos quanto à sua composição e podem constituir grupos co-residenciais, incluindo mais de uma unidade familiar). É o caso dos grupos domésticos integrados por mulheres-avós, filhos e filhas e os netos e netas. A pessoa emigrada neste caso pode ser uma filha ou um filho.

Para seleccionar as e os participantes fizemos um primeiro grupo de entrevistas exploratórias com agentes oficiais (ONG's) e agentes de instituições do Governo de Cabo Verde. Feito um primeiro diagnóstico, foram executadas doze entrevistas individuais na cidade da Praia, das quais seis a mulheres *chefes de família*, e uma entrevista a um filho de emigrantes, e cinco entrevistas individuais a agentes oficiais do governo. No meio rural foi feita uma entrevista grupal com onze mulheres camponesas sem estudos e dois homens com estudos primários, sendo um deles emigrante retornado.

Fez-se igualmente no meio urbano, dois grupos de discussão com jovens, raparigas e rapazes. O grupo de discussão de raparigas estava composto por quatro jovens estudantes cujas idades oscilavam entre os 17 e os 23 anos (estudantes universitárias e uma estudante finalista do Liceu). No grupo de discussão de jovens rapazes, composto por seis homens, com idades entre os 22 e 35 anos, quase todos com estudos incompletos, primários e secundários e um caso de abandono de estudos universitários. No caso das entrevistas a agentes oficiais, procurámos obter informação sobre as políticas de protecção e apoio à mulher cabo-verdiana e à sua(s) família(s), no processo migratório, e sobre os seus interesses e papel na comunidade em Santiago. No caso da entrevista envolvendo o grupo de mulheres e dois homens no meio rural, seguimos o mesmo guião utilizado para as mulheres chefes de família entrevistadas. Para os grupos de discussão com os jovens, rapazes e raparigas, introduzimos os temas como emigração, família, juventude, relações de género e igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. Foram gravadas catorze (14) entrevistas e o número de informantes entrevistados foi de quarenta e quatro (44). Todas as entrevistas foram feitas no domicílio ou local de trabalho dos e das informantes. As entrevistas a órgãos de governo

ou instituições foram feitas em sede própria, e apenas o grupo de discussão com homens/jovens foi feito em lugar público.

Assim, exporemos uma breve tipologia das famílias-tipo, que identificámos dentro da categoria de famílias com membros que ficaram para trás.

TABELA 4: TIPOS DE AGREGADOS E SUA COMPOSIÇÃO

Tipo de Agregados / Unidades					Relações de Parentesco com as pessoas emigradas
Agregados Nucleares Urbanos Chefiados por Mulheres					
Mulher 1					Marido 2 Filhas e 2 Filhos
Mulher 2					Marido 1 Filha e 1 Filho
Agregados Nucleares Rurais					
Mulher 3					Pai de filho Filha Irmã e Sobrinha
Mulher 4					Pai de filho Filhos
Mulher 5					Pai de filho Filhos
Mulher 6					Pai de filho Filho
Mulher 7					Pai de filho Filhos
Mulher 8					Pai de filho
Agregados Extensos Urbanos					
Jovem 1 (vive com os avós)					Mãe e Pai
Agregados Extensos Rurais					
Agregados Mono Maternais Urbanos					
Mulher 9					Mãe Irmã
Mulher 10					Pai de Filho
Mulher 11					Irmã e Tias
Mulher 12					Pai de Filho
Agregados Mono Maternais Urbanos					
Mulher 13					
Grupo 4 mulheres					
Agregados Uni-pessoais					
Jovem 2					Mãe
Jovem 3					Irmão

Dentro das diferentes famílias identificadas, pedimos nas entrevistas que nos descrevessem qual era a natureza dos seus arranjos domésticos, tendo presente a constituição diversa da família crioula cabo-verdiana, em que muitas vezes o grupo doméstico envolve um conjunto de pessoas (familiares de sangue ou não), que vive sob um mesmo teto e partilham aspectos como a organização doméstica e vida familiar. A categoria de *pai de filho* neste quadro explica o papel de

progenitor ou companheiro comprometido com uma mulher/companheira e filhos desta, e grupo doméstico afim.

A nossa pesquisa procurou indagar simultaneamente sobre as *relações de género* no seio destas famílias e como a emigração de um dos seus membros tem impactos na organização familiar e na transformação dos modos de cuidar. Indagámos sobre os modos de cuidar dos que ficam para trás, os recursos disponíveis, como as remessas (financeiras, sociais, inversas), e as formas de entender e "gerir" a família (económica e emocionalmente). Isto para compreender as famílias em Santiago, a maternidade transnacional e a paternidade (ausente) e poder entender o próprio conceito de cuidar *dos que ficam para trás*. Outra questão que orientou o trabalho empírico foi a de saber se existem desigualdades ou desequilíbrios nas relações género, quando emigra uma mulher e quando emigra um homem e deixam familiares atrás. As percepções sobre os impactos são distintas e dependem de factores socioeconómicos, como a classe social, o grau de instrução, a profissão e o contexto espacial de residência, o meio urbano ou rural e a zona geográfica na Ilha de Santiago. Por fim, indagámos sobre os motivos para emigrar.

Portanto, foi usado um conjunto de *entrevistas qualitativas e em profundidade*, para nos centrarmos no estudo destas histórias pessoais, como processo comunicativo de elaboração de informação num contexto de investigação particular. A informação obtida é parte do relato e biografia de cada um dos entrevistados. Para o caso da análise das *relações de género* entre as famílias migrantes, a informação é reveladora da sensibilidade e da forma como cada um vive o contexto social de ditas relações.

Delimitações do estudo

Uma das primeiras questões que surgiram como preocupação foi a excessiva amplitude do tema a investigar, dados os resultados do trabalho prévio de identificação de estudos e investigações já realizados, e da análise da história dos fluxos migratórios de cada ilha do Arquipélago de Cabo Verde.

Para poder responder a esta dificuldade foram feitas modificações ao projecto inicial nos aspectos seguintes:

1. Delimitação geográfica do estudo: o fenómeno das migrações em Cabo Verde atinge a todas as ilhas habitadas do Arquipélago, de forma desigual e variada. Assim os dados proporcionados pela ONUWOMEN /Cabo Verde e o INE permitiram a toma da decisão de delimitar o projecto somente à Ilha de Santiago, um dos municípios com maior índice de saúde de fluxos migratórios¹⁵.

¹⁵ Foi solicitada Informação Estatística, ao Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE), sobre a migração cabo-verdiana, segundo o sexo, localidade de residência, características dos agregados familiares e padrões de mobilidade humana. Ao mesmo tempo foram identificados, numa primeira fase exploratória, os municípios com maior índice de saída de fluxos migratórios femininos.

2. Estudo etnográfico sobre famílias cabo-verdianas e o processo de feminização de fluxos migratórios em Santiago: a fim de completar os dados estatísticos revelou-se necessário escutar e indagar de forma qualitativa um conjunto de informantes qualificados.
3. Os aspectos mais importantes a trabalhar nesta investigação foram delimitados desde o princípio: a natureza dos arranjos familiares; das relações de poder no seio das famílias; dos processos de tomada de decisão e por fim, qual foi ou tem sido o impacto nas famílias, da emigração de *mulheres chefes de família*.
4. Restrição da análise ao contexto interno Cabo-verdiano: dadas as suas limitações orçamentais e de curta duração, o estudo não nos permitiu indagar sobre estes aspectos mencionados nos países de acolhimento das emigrantes.

Delimitação teórica

Este estudo sobre feminização das migrações e o impacto sobre *os membros familiares que ficam para trás*, decorre num território insular ex-colónia portuguesa, e inscreve-se dentro das correntes e práticas teóricas dos Estudos Pós-Coloniais que se formalizam no mundo académico anglo-saxónico a partir de meados da década de 1980. Estas correntes teóricas supõem uma inovação do pensamento crítico académico, que foi capaz de reconhecer a complexidade de um mundo globalizado, e a especificidade da construção das narrativas nacionais de territórios cuja história está marcada por processos de colonização, conquista, tráfico de escravos, subalternidade, produção e acumulação para o sistema capitalista ocidental. A corrente teórica pós-colonial permite mostrar que os sujeitos colonizados são *actores sociais* implicados em processos de hibridiz física e cultural, mestiçagem, criouldade, negociação e resistência e propõe uma leitura renovada num território como Cabo Verde sobre o peso histórico do *sistema da escravidão* como elemento estruturante da sociedade cabo-verdiana. Permite igualmente avaliar o papel da resistência anticolonial e a mestiçagem na construção da Nação Cabo-Verdiana e por outro lado, as consequências acrescidas para a estruturação da família cabo-verdiana (os impactos sobre a mesma), e o sistema e relações de género vigente.

Um segundo aspecto para delimitar e inscrever teoricamente este trabalho nos Estudos Pós-Coloniais advém da necessidade de descrever criticamente a contínua reaparição no nosso presente fragmentado e global, das lógicas e dispositivos de exploração e domínio que caracterizaram o projecto colonial moderno do Ocidente. Partimos do reconhecimento dos processos de ruptura histórica provocados pelas lutas anticoloniais e anti-imperialistas durante todo o século XX, e as contradições existentes de ditos processos, por não terem sido capazes de incluir as *vozes e a acção* das mulheres nos relatos de "construção da Nação" em Cabo Verde. Queremos dizer com isto que a *exclusão das identidades de género* e o papel e a posição familiar ocupada pela mulher cabo-verdiana tanto no passado como no presente não foi contemplada.

Portanto, a delimitação deste estudo em correntes pós-coloniais e em correntes dos Estudos de Género e Migrações é uma forma de contribuir para a renovação do modo como encaramos a

Modernidade¹⁶ na sua totalidade, num relato que escapa à limitação de uma História eurocêntrica. Deste modo, a partir de uma pluralidade de lugares e experiências (o tráfico de escravos, a resistência ao sistema escravocrata, por exemplo), pretende-se ampliar as narrativas que desestabilizam toda a construção do Outro como sujeito dominado.

Aplicado ao caso de Cabo Verde, as relações entre a História do Arquipélago, as formas sociais e os acontecimentos locais e distantes tornam-se extensíveis na medida em que os modos de conexão entre diferentes contextos sociais - a história das migrações em Cabo Verde, os/as emigrantes, as famílias transnacionais, e os países de destino - ou regiões se ligam em rede por toda a superfície da Terra. Assim, pretendemos ter uma visão crítica, renovadora e atenta que nos estimula a desconfiar de todas as interpretações demasiado rígidas das relações de poder entre os centros e as periferias e que oculta num lugar menor a História da Expansão colonial europeia e, no caso de Cabo Verde, a portuguesa. Não se pode esquecer que esta experiência histórica tem uma função constitutiva de um conjunto de relações de poder que deixaram uma marca no que é hoje o país e nos processos de migração que viveu e vive a sua população¹⁷.

Finalmente, e no que diz respeito à eleição das correntes teóricas dos Estudos de Género e Migrações capazes de delimitar este estudo, sabemos que o Género nasce como categoria analítica na década de 1980, quando se começa a prestar atenção à questão migratória feminina (Grassi, 2007 [Morokvasic, 1983]). O peso da emigração feminina começava a adquirir importância relativamente à emigração masculina. Em 1992, as investigações nos contextos migratórios adoptam a categoria analítica do género como um instrumento transversal para se poder compreender as dinâmicas dos actores sociais envolvidos. São esses estudos com uma perspectiva de género os que vão começar a apontar a existência de diferenças nos padrões migratórios entre homens e mulheres. Feita a modificação dos objectivos específicos, acordou-se em reunião entre a parte contratante (a OIM) e a parte contratada (a equipa de consultores), cumprir com o seguinte esquema de trabalho:

1. Caracterizar o processo migratório cabo-verdiano em várias fases e campos migratórios, história, evolução e impactos, entendido como a extensão nacional e internacional de vínculos e redes de apoio de um determinado grupo de pessoas migrantes, e em especial *das famílias que ficam para trás*, prestando especial atenção à dimensão do género, na Ilha de Santiago.
2. Realizar um mapeamento de entidades e instituições nacionais envolvidas na assistência e apoio para as e os migrantes cabo-verdianos no estrangeiro e para as suas famílias.
3. Sugerir uma Agenda de Investigação, sobre os temas detectados durante o trabalho de campo e que merecem ser aprofundados.

¹⁶ Entendida aqui como uma ordem social multidimensional baseada nas articulações entre o Estado-nação, o capitalismo, o industrialismo e o poder militar. Ver "As consequências da modernidade" de Anthony Giddens, Celta Editora, 1995, Lisboa.

¹⁷ Portugal continua a ser um dos destinos mais procurados pela emigração cabo-verdiana, cf. OIM, 2009, "Perfil Migratório".

Com o fim de cumprir estes objectivos foi planeado um processo de investigação que contemplava várias fases e a aplicação de técnicas de investigação.

A metodologia para alcançar os objectivos da consultoria foi dividida em três fases: (i) fase exploratória, (ii) trabalho de campo e (iii) relatório final sobre a emigração feminina e o impacto na família na Ilha de Santiago.

A primeira fase teve como objectivo recolher e analisar, a partir de fontes secundárias (literatura e documentos relevantes), o conhecimento existente sobre o género e migração cabo-verdiana. Além disso, esta fase permitiu uma série de questões: identificação dos actores envolvidos no apoio dos e das migrantes de Cabo Verde, contribuir para a definição inicial dos problemas específicos sobre este tema e que, através do Ministério das Comunidades (MDC), se procura responder.

No que diz respeito ao trabalho de campo, este foi feito através da metodologia RAP (*Rapid Assessment Process* / Processo de Avaliação Rápida), devido ao tempo limitado para a execução de dita consultoria. Para compensar este condicionante, foram usadas técnicas de recolha e análise de dados baseados na intensa interacção com os actores envolvidos no processo de migração em Cabo Verde. Esta fase permitiu ajudar a estabelecer uma compreensão preliminar sobre a situação e definir quais são as principais prioridades a partir da perspectiva dos actores sociais. O ponto de partida desta metodologia assume que o conhecimento reside na população que participa no projecto de investigação, o qual se baseia na criação de espaços de interacção donde os nossos informantes seleccionados e entrevistados puderam expressar esse conhecimento.

Uma das especificidades culturais do terreno que trabalhámos em Cabo Verde e no nosso caso a Ilha de Santiago é o facto de que os nossos informantes se expressam em Língua Cabo-Verdiana, o Crioulo/Krioulo de Cabo Verde. Encontramo-nos num país bilingue¹⁸, com a presença de duas línguas a portuguesa e a cabo-verdiana, ou Crioulo de Cabo Verde. A expressão sociolinguística mais importante não é portuguesa, mas crioula. A Língua Portuguesa é oficial e a que se utiliza como língua de prestígio para comunicar nos âmbitos públicos e oficiais. No entanto "*a vida em Cabo Verde decorre em crioulo*", afirmou o escritor brasileiro e universal, Jorge Amado.

Assim, a população cabo-verdiana, excepto as elites letradas bilingues, expressa-se fundamentalmente em língua cabo-verdiana (Crioulo de Cabo Verde). A relação antagónica que se estabeleceu com o português no contexto colonial foi substituída por uma convivência ainda tocada pela ideologia de que o português, sendo a língua da administração pública, tem maior prestígio. Parte das nossas entrevistas foram feitas e respondidas em Crioulo de Cabo Verde ou quase sempre em ambas línguas, crioulo e português. Assim, a transcrição das vozes dos informantes foi respeitada em qualquer das línguas que utilizaram e a grafia adoptada a que resulta da última padronização da escrita emanada do ALUPEC.

¹⁸ Cf. Barbosa Rodrigues, 2002, "Política da Língua no Cabo Verde Pós-Colonial, Um Desafio à Construção da "Lusofonia", Dissertação de Mestrado em Antropologia: Patrimónios e Identidades, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE, orientada cientificamente por Prof. Dr. Miguel Vale de Almeida, Lisboa.

A fase de elaboração do relatório final envolveu a transcrição e análise de todas as entrevistas realizadas, assim como o pedido de uma listagem dos dados estatísticos segundo o sexo, localidade de residência, características dos agregados familiares e padrões de mobilidade humana, ao Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, INECV. Lamentavelmente, estes dados nunca foram proporcionados, pelo que tivemos que recorrer a fontes secundárias para elaborar uma caracterização dos processos migratórios cabo-verdianos sob uma perspectiva de género.

Em termos gerais, a informação analisada foi obtida no terreno através da voz dos informantes, que nos transmitiram os seus casos concretos, dentro do conjunto de problemáticas proposto. Impera o seu "sentir" que está mediado pelas explicações que nos ofereceram; uma exposição variada das suas vidas e decisões tomadas, que só podemos interpretar de acordo com as suas pautas culturais. Para nós, o uso selectivo da teoria antropológica que dá sustento às explicações oferecidas só tem sentido na medida em que nos guiou o olhar como investigadores, no trabalho de campo. Assim, veremos um conjunto de vozes que descrevem vidas diferentes e que relatam a história da migração pessoal, ou dos membros da sua família, não de forma unívoca, mas sim em distintas maneiras que revelam uma complexa teia de relações, densidade de significados e especificidades culturais.

III - Desenvolvimento teórico dos temas chave

Tendo em conta as fontes bibliográficas consultadas, é possível relatar cronologicamente as condições sociais e económicas que geraram a emigração cabo-verdiana, os destinos procurados, as condições da emigração e consequentes transformações, quer seja uma emigração feminina ou masculina. A corrente da Antropologia histórica permitirá situar os reflexos de uma antiga sociedade escravocrata e sujeita a processos de mobilidade humana forçada e o surgimento de uma sociedade multicultural e crioula, e como este facto, moldou o surgimento dos arranjos familiares nas Ilhas de Cabo Verde.

Migrações em Cabo Verde. Evolução histórica e destinos da emigração cabo-verdiana: Fase Antiga e Fase Moderna.

Abordarmos neste capítulo de forma sintética os aspectos mais relevantes das migrações em Cabo Verde que explicam a evolução do fenómeno de mobilidade humana no arquipélago. Começaremos por descrever e justificar, usando fontes bibliográficas, a variedade dos destinos, as conexões históricas com as diversas partes do mundo, para poder compreender como as decisões de emigrar do arquipélago não dependem só das dinâmicas de poder no seio das famílias na origem. São variáveis múltiplas relacionadas tanto com a origem e o destino da migração, mas também com os ciclos económicos e os contextos de recepção, sejam estes de abertura ou hostilidade à chegada de novos contingentes humanos.

A amplitude do fenómeno das migrações nas Ilhas de Cabo Verde, no tempo e no espaço, teve e tem efeitos a nível histórico, social e económico. Poderíamos dizer que a História do Arquipélago de Cabo Verde está marcada por diversas fases migratórias que dividiríamos em duas, uma fase *Antiga* e outra *Moderna*.

A **fase Antiga** estaria ligada ao objecto da exploração marítima e expansionista de Portugal de Quinhentos, com o povoamento por colonos europeus de um território insular, ignoto e desabitado. A falta de atracção inicial para a fixação de população neste território saheliano, foi colmatada com um incentivo à fixação da população branca e natural do reino através da concessão de licenças para o comércio do tráfico de escravos na costa africana, trazendo para as ilhas contingentes humanos de distintas partes de África. A partir de 1466, a Coroa Portuguesa autorizou aos residentes nas Ilhas o monopólio do comércio do tráfico de escravos em toda a costa, do rio Senegal à Serra Leoa. A Guiné-Bissau foi declarada distrito dependente de Cabo Verde e o movimento de populações entre os dois países passou a ser contínuo, desde aí (Grassi, (2007:28)).

Cabo Verde emerge portanto como uma sociedade fundada na imposição de um sistema de escravidão, que compele a que o elemento humano, ou parte dele, se implante de forma forçosa no território. Navegantes, mercadores e piratas europeus são os que organizam e sistematizam o transporte de massas humanas de gente africana, negra, ante um punhado sempre escasso de

europeus, brancos e "quase brancos". Do continente africano são "transplantadas" populações dos povos Manjacos, Mandingas, Fulas, Balantas, e outros vizinhos destes, e são escravizados. O elemento europeu branco, ciente que o território era pouco atractivo, resiste em trasladar-se da então metrópole, Portugal. Temos então, um território insular, descontínuo, no Atlântico Médio, cujas gentes que o vão "povoar" são em grande parte transportadas de maneira forçada - os escravos africanos - ou voluntariamente - a elite natural do reino branca¹⁹ - de diversas condições e nacionalidades. Portugueses, castelhanos, mas também italianos, franceses, ingleses ao largo dos séculos dão origem a um grupo de "filhos da terra", mestiços nas suas mais diversas tonalidades e fenótipos. Ainda nesta fase Antiga, existem outros destinos para além da Guiné-Bissau, ex-colónia portuguesa, como a emigração de cabo-verdianos para o Senegal, depois da Conferência de Berlim (1885), para onde o governo colonial português encoraja que emigrem, ao promover as oportunidades de emprego na esfera do comércio. Nesta fase Antiga, vemos como contextos político-sociais de hostilidade, gerados por razões raciais, por exemplo, condicionaram a entrada dos migrantes cabo-verdianos nos E.U.A., e farão surgir destinos alternativos em outros continentes, África e Europa.

Os ciclos da emigração para os Estados Unidos neste território do Atlântico médio Cabo Verde, surgem a partir do século XVIII, como se pode verificar consultando esta nota informativa do [Departamento de Estado dos Estados Unidos da América do Norte](#):

Os Estados Unidos e Cabo Verde têm fortes raízes históricas. No início de década de 1740, os navios baleeiros norte-americanos começaram a recrutar tripulações das ilhas da Brava e do Fogo, e outros navios das colónias americanas rotineiramente ancorados nos portos cabo-verdianos para o comércio.

(Tradução própria)

Consultado em 15 Outubro de 2012

As fontes históricas são abundantes para testemunhar a história das migrações cabo-verdianas para a América do Norte, sendo as obras da antropóloga Deidre Meintel²⁰ e a de Marylin Halter²¹ uma sólida referência. O papel que jogaram a *raça* e a etnicidade dos homens e mulheres de Cabo Verde que buscaram trabalho na pesca da baleia, ou na agricultura, na apanha de morangos, foram já objecto de vários estudos sobre esta presença nos E.U.A.. Como foi testemunhada, a história da migração cabo-verdiana para os Estados Unidos²² nos séculos dezanove e início de vinte era composta pelas "classes mais pobres das ilhas". No século XX adquirirá novos contornos que

¹⁹ António Carreira (1983 : 301 [1972]) afirma que a imigração branca (forçada) adquiriu maior vulto "apenas no século XIX... De 1802 a 1882 (nem em todos os anos) foram mandados para as ilhas 2433 degredados, sendo 2352 homens e 81 mulheres. Uma média de 38 indivíduos por ano." (p. 300). Ver "Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)", 2ª Edição, Comissão da Comunidade Económica Europeia para o Instituto Cabo-verdiano do Livro.

²⁰ Consultar, Meintel, Deidre, "Race, Culture and Portuguese Colonialism in Cabo Verde", Syracuse University, New York, 1984.

²¹ Ver, Halter, Marylin, "Between Race and Ethnicity, Cape Verdean American Immigrants, 1860-1965", University of Illinois Press Books edition, Chicago, 1993.

²² Nos ku Nos: The Transnational Cape Verdean Community by Raymond A. Almeida, tradução própria do inglês, disponível em: <http://www1.umassd.edu/specialprograms/caboverde/cvtransnat.html>

afectarão muito os emigrantes que buscam como destino os EUA, como veremos adiante no período da fase Moderna.

Aqui que apelamos à vigência e necessidade de entender a fase Antiga das migrações em Cabo Verde, através da perspectiva da teoria pós-colonial da História, para dotar de complexidade a análise do fenómeno migratório e o impacto causado, por exemplo, na configuração da estrutura familiar neste território, nas relações sociais baseadas em códigos de pigmentocracia e de "branquitude", e nos arranjos familiares, herdeiros de estruturas culturais coloniais, mestiças e crioulas nas suas diversas facetas. Abordaremos estes aspectos no capítulo dedicado a explicar o sistema da escravidão como elemento estruturante da sociedade e famílias cabo-verdianas, quando tratemos do impacto sobre as famílias.

Na **fase Moderna** surgem outros destinos que o poema do cabo-verdiano Ovídio Martins²³, veio denunciar. A fome e a cíclica falta de chuvas provocaram uma mortandade sem precedentes e as autoridades coloniais portuguesas não reagiram ante a fuga massiva de camponeses que abandonaram os campos secos, extenuados, para dirigirem-se às vilas e cidades em busca de amparo e dos poucos víveres - arroz e mancarra (amendoim) - que chegavam de Guiné- Bissau. Vimos já na fase Antiga que as estiagens provocaram sempre mortes e exílios forçados nestas ilhas e foram um factor de indução nas migrações do povo cabo-verdiano. No presente capítulo veremos como distintos factores étnicos e ambientais afectaram a evolução histórica das migrações cabo-verdianas.

Em 1922, o governo dos E.U.A. restringe a imigração de "pessoas de cor", reduzindo a entrada da imigração cabo-verdiana no país. As novas regras também impediam que os cabo-verdiano-americanos visitassem as ilhas por medo de ser negada a reentrada para os Estados Unidos. As duas comunidades foram assim relativamente isoladas uma da outra durante cerca de 40 anos. Com as portas fechadas para a América, os cabo-verdianos começaram a emigrar em maior número para a Europa, América do Sul e provenientes da África Ocidental, ao longo das rotas traçadas pelo transporte comercial e pelo Império Colonial Português.

O ano de 1927 está marcado por uma fome devastadora em Cabo Verde, consequência da falta de chuvas, que expulsará de forma "espontânea" (Marzia Grassi, 2007:29) para os Estados Unidos da América do Norte, entre o período de 1920-1945, 67% da população, entre o período de 1927-1945, 13,9%, diminuindo claramente para 7,9% durante o período da II Guerra Mundial. Seguem-se os destinos Sul-Americanos, países como Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, que receberam emigração cabo-verdiana em menor número. Marzia Grassi oferece dados discriminados por países de destino, como por intensidade das correntes migratórias, e citando Andrade, 1995, "a verdadeira emigração de mão-de-obra só começou depois de 1946" (ano que antecede o colapso da fome de 1947), e diz-

²³ " Nós somos os flagelados do vento Leste! A nosso favor não houve campanhas de solidariedade/ não se abriram os lares para nos abrigar/ e não houve braços estendidos fraternalmente para nós (...)", 100 Poemas, Edições Caboverdianidade, Roterdão, s/d., p.11. Igualmente "Os Flagelados do vento Leste" (romance), do escritor cabo-verdiano Manuel Lopes, cuja primeira edição data do ano de 1959, em pleno período colonial, "constitui um verdadeiro libelo acusatório em que o autor de forma magistral, (...), descreve os horrores que testemunhou na sua ilha...", cf., Jorge Alfama, "Os Flagelados do vento Leste", em Cabo Verde, Insularidade e Literatura, Coordenação de Manuel Veiga, Edições Khartala, 1998, Paris, p. 241.

nos que, "a cada Ilha de Cabo Verde, correspondem destinos de emigração diferentes de Santiago emigra-se sobretudo a Portugal, (...) das ilhas do Fogo e Brava, se emigra preferencialmente para os Estados Unidos" (Grassi 2007:29).

Em 1947, quando a crise se instala definitivamente no Arquipélago e a fome grassa, o Governo colonial português lança um programa de obras públicas, a construção de estradas, e começa por enviar de forma forçada, sob a designação de "contratado" e "contratada", uma quantidade significativa da população depauperada, para as roças de cacau da colónia de São Tomé e Príncipe, para garantir a exploração do fruto sul-americano, e aliviar a pressão dos famintos nas Ilhas de Cabo Verde.

No caso presente, convém recordar com mais detalhe que as estatísticas por género dos diferentes movimentos de emigração cabo-verdiana são explicadas desde o ponto de vista histórico pela investigadora Marzia Grassi (ibidem:34-35), que cita fontes estatísticas cabo-verdianas, como o Instituto das Comunidades. Recordaremos igualmente que quanto ao género, a emigração cabo-verdiana, tendo sido historicamente masculina nos primórdios do fenómeno, a emigração feminina ganhou maior expressão numérica a partir da saída de mulheres das Ilhas da Boavista, São Vicente e São Nicolau, Santo Antão, Sal para Itália, na década de 60 do século XX, e depois para outros destinos europeus como Holanda, França, Portugal, mas também Espanha, sendo certo que menos expressiva em termos numéricos neste último país.

Podemos alegar que a estatística por género no período Moderno, que Grassi (2007) apresenta, corresponde ao estudo mais recente feito em três países, e somente diz respeito aos fluxos migratórios internacionais em Portugal e Itália e Estados Unidos de América do Norte (Grassi, 2007). A autora destaca que para o ano 2006, em Portugal o número de mulheres cabo-verdianas alcança os 44% e a dos homens fixa-se nos 55%. Em Itália, destaca-se a relativa exiguidade da imigração quando comparada com outras comunidades de imigrantes, e a sua feminização, dado que para o ano 2003 os dados apontam para 72% de mulheres e 27% de homens. No caso dos Estados Unidos da América do Norte, segundo os dados do censo americano de 2000 e entre os anos 1989-2004 e os *United States Citizenship and Immigration Services*, indicam que a residir legalmente em solo americano encontravam-se 26 605 cidadãos, dos quais 12 795 eram homens e 13 810 mulheres, (Grassi, 2007, página 43).

Dados estatísticos mais recentes sobre as *fases do ciclo migratório cabo-verdiano* são-nos oferecidos pela Organização Internacional das Migrações (OIM) no "Migração em Cabo Verde - Perfil Nacional, 2009", e que lança novas leituras sobre o fenómeno, das quais resumiremos alguns aspectos a destacar:

- A tradição migratória em Cabo Verde está unida à formação do território como colónia de povoamento de Portugal, durante a vigência de 500 anos do extinto Império Colonial Português.
- A estratégia de mobilidade humana voluntária ou forçada inscreve-se como um recurso de sobrevivência para "*alcançar sucesso pessoal, familiar e social*", (OIM, 2010:17).

- Constata-se uma diminuição da tendência a emigrar: " -4,7 migrantes por cada milhar de habitantes no período 2010-2015", (ibidem:17).
- Os valores díspares sobre o número exacto de residentes cabo-verdianos no estrangeiro, não permite segundo o estudo citado, fixar com garantia o número de população cabo-verdiana fora do país, que varia entre 199.644 (DRC, 2007), e 518.180 (extinto Instituto de Apoio ao Emigrante - IAPE, 1998).
- Os destinos mais procurados eram os Estados Unidos (51%), Portugal (15%), Angola (9%), França (5%) e Senegal (5%).
- Por ordem de importância e de acordo com os valores apontados pelo Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento em Migrações Globalização e Pobreza (doravante DRC), entre os destinos mais importantes estão Portugal (22%), Estados Unidos (14%), Moçambique e Alemanha (7%) e Holanda e Senegal (5%) (OIM, 2010:17).

Vimos já que os factores de expulsão do elemento humano no Arquipélago de Cabo Verde no passado foram a seca pertinaz, a fome que se lhe seguia, e o ciclo crescente de pobreza. São condições meio-ambientais de uma fragilidade extrema, de um ambiente insular marcado pela descontinuidade geográfica, e que obrigava a que a maior parte da população, masculina numa primeira fase e depois feminina, buscasse uma saída em terras longínquas. No século XXI, Cabo Verde, enfrenta desafios importantes, alguns referenciados no documento já citado, que destaca o fenómeno da mobilidade humana, as migrações de carácter internacional. Cabo Verde perde ou exporta, segundo se queira ver, para a emigração, 67,5% de profissionais altamente qualificados (*fuga de cérebros*), "passando a taxa de 56,8% aos referidos 68%, 10,7 pontos percentuais em 10 anos (1990 e 2000, OIM/2010, [Beine et al, 2006]). Entre estes, a taxa de emigração dos profissionais da área da medicina atinge o valor de 54,1%."

Acrescenta o documento (OIM, 2010:19) que existe "*um conjunto de factores cuja combinação poderá redundar no incentivo à emigração*", a saber:

- Reduzida capacidade do mercado de trabalho para absorver a mão-de-obra disponível;
- Do desemprego que afecta os jovens, segundo o Estudo Diagnóstico sobre o Mercado de Emprego em Cabo Verde (EDME, 2008);
- Do aumento da população em cerca de 30% em 2020 (INE, 2008);
- Aumento das expectativas de vida futura.

A pobreza, outro dos grandes factores de expulsão evidenciado na história das Migrações Humanas em Cabo Verde, afecta com maior incidência as populações rurais, com 44,3%, e no meio urbano, atinge 13,2% da sua população. Quanto à taxa de pobreza "*apenas diminuiu entre os agregados familiares chefiados por homens, passando de 25,7% para 21,3%, enquanto para os chefiados por*

mulheres passou de 30,9% para 33%, conforme o IDRF 2001/2002 e QUIBB 2007, respectivamente" (OIM 2009: 26-27).

Por último, interessa analisar o peso do mercado laboral e das condições nele vigentes, onde o "trabalho informal constitui uma das características centrais do mercado de trabalho em Cabo Verde. Os dados do EDME (2008) revelam que 70% (105.680) do total dos empregados (149.680) trabalhavam sem contrato o que equivale dizer sem qualquer vínculo laboral, o que no caso das empregadas domésticas atinge 95%" (OIM, 2009: 30).

Para efeitos deste relatório e pela dificuldade não ultrapassada de poder obter dados estatísticos actualizados, pedidos por esta equipa de consultores ao Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE), apresentamos a seguinte Tabela de Tendências Migratórias por Sexo cujos dados correspondem ao ano de 2010. Interessa que nos debrucemos sobre os dados relativos à Ilha de Santiago, a maior e mais importante em termos geográficos, demográficos, sociais e políticos e que constitui a base operacional do nosso estudo e trabalho de campo.

TABELA 5 - TENDÊNCIAS MIGRATÓRIAS POR SEXO NO ANO 2010

Número de pessoas que emigraram por sexo segundo os concelhos, nos últimos 5 anos, Censo 2010

Concelho	População Total (2010)		População emigrada (2010)			% sobre total de emigrantes
	M	F	M	F	Total	
Ribeira Grande	9.880	9.055	198	315	513	2,7%
Paul	3.828	3.169	70	96	166	0,9%
Porto Novo	9.404	8.579	188	237	425	2,3%
S. Vicente	38.352	37.755	1.162	1.614	2776	14,7%
Ribeira Brava	3.886	3.694	95	150	245	1,3%
Tarrafal de S. Nicolau	2.735	2.502	86	85	171	0,9%
Sal	13.882	11.883	251	285	536	2,8%
Boavista	5.424	3.738	77	55	132	0,7%
Maio	3.368	3.584	70	78	148	0,8%
Tarrafal	8.399	10.166	718	712	1430	7,6%
Santa Catarina	20.272	23.025	918	976	1894	10,0%
Santa Cruz	12.855	13.754	549	626	1175	6,2%
Praia	64.587	67.015	2.293	2.627	4920	26,1%
S. Domingos	6.705	7.103	152	190	342	1,8%
Calheta de S. Miguel	7.025	8.623	394	462	856	4,5%
S. Salvador do Mundo	4.066	4.611	188	194	382	2,0%
S. Lourenço dos Órgãos	3.571	3.817	124	129	253	1,3%
Ribeira Grande de Santiago	3.951	4.374	216	179	395	2,1%
Mosteiros	4.666	4.858	272	276	548	2,9%
S. Filipe	10.977	11.251	494	510	1004	5,3%
Santa Catarina do Fogo	2.596	2.703	133	161	294	1,6%
Brava	2.974	3.021	118	152	270	1,4%
TOTAL	243.403	248.280	8.766	10.109	18.875	100,0%

Fonte: INE, Censo 2010

A tendência espelhada na Tabela 5 indica que em termos gerais desde o ano 2005 até ao 2010, saíram mais mulheres do que homens por concelhos em Cabo Verde. Em termos absolutos, dos vinte e dois concelhos registados, em dezoito emigrou maior número de mulheres do que homens. Nos restantes quatro concelhos (Tarrafal de S. Nicolau, Boavista, Tarrafal e Ribeira Grande de Santiago), o número de homens que emigra supera o de mulheres. No entanto, é necessário dizer que destes vinte e dois concelhos, em oito a população total feminina é maior que a masculina; em treze concelhos, a população masculina é maior que a feminina e em um dos concelhos, a população total encontra-se distribuída em 50% entre mulheres e homens.

É interessante que perguntemos se existe alguma relação entre ter maior número de população feminina e uma maior percentagem de migração feminina e vice-versa:

- Dos oito concelhos com maior número de mulheres da sua população total, somente em dois emigram mais homens do que mulheres: Tarrafal de S. Nicolau e Boavista.
- Em Porto Novo, onde o número de mulheres e de homens é equilibrado, 50% emigraram mais as mulheres.
- Dos treze concelhos com maior número de população masculina, só em dois emigraram mais homens (Tarrafal e Ribeira Grande de Santiago), logo, nos onze restantes a migração feminina foi maior que a masculina: Maio, Santa Catarina, Santa Cruz, Praia, S. Domingos, Calheta de S. Miguel, S. Salvador do Mundo, S. Lourenço dos Órgãos, Mosteiros, S. Filipe e Santa Catarina de Fogo.

O caso estudado para este relatório é o da Ilha de Santiago, cidade da Praia e zona rural adjacente. Para a cidade da Praia teria correspondência o último aspecto referido: uma população composta por mais homens (67.015) que mulheres (64.587), mas onde a emigração feminina (2.627 mulheres) é maior que a masculina (2.293 homens). Os dados anteriores permitem-nos constatar portanto que existe uma feminização dos fluxos migratórios cabo-verdianos entre os anos 2005 e 2010. Por outro lado, obriga-nos a procurar as características e as causas deste processo de feminização, bem como os factores políticos, culturais, económicos e sociais que fazem com que nestes concelhos que têm maior número de homens, emigrem mais mulheres e vice-versa. De igual modo, é preciso observar o papel desempenhado pela dimensão urbana e a rural na saída de homens e mulheres.

Dito isto, reafirmamos que é necessário continuar a recolher dados estatísticos através de séries temporais na última década, a fim de poder comparar e saber o curso desta tendência de "feminização" dos fluxos migratórios em Cabo Verde.

Impacto nas famílias que deixam para trás

O desenvolvimento teórico utilizado neste capítulo pretende que através da Antropologia Histórica se possa fazer possível, a reconstrução de "continuidades e descontinuidades culturais" que instituem práticas sociais, culturais e políticas nos sujeitos sociais. Queremos dizer com isto que a tradução dos elementos da Cultura que conformam as sociedades, são produtos históricos contingentes, moldados por factos que deixam as suas marcas no modo de organização das sociedades humanas em constante mudança. Em concreto, explicaremos de forma prospectiva e breve, as consequências do legado escravocrata na história do país, a sua relação com a formação e o conceito de família transnacional em Cabo Verde, para finalmente cruzar com uma leitura actualizada sobre as redes globais de cuidado, como funcionam, e criam enredos económicos e afectivos, para evidenciar a contribuição económica e humana das mulheres. Assim será possível compreender quais são os impactos que envolvem *as famílias que ficam para trás*.

A família cabo-verdiana não responde na sua configuração inicial a um modelo "europeu", cristão, monogâmico, imposto pelo sistema colonial, mas sim uma mistura de várias contribuições tanto africanas como europeias. A herança africana principalmente ligada à escravatura esteve relegada durante o período colonial a uma condição mal conceituada, *racializada*, e a sua aceitação foi dificilmente integrada numa leitura histórica da sociedade crioula cabo-verdiana. Quanto à configuração das famílias cabo-verdianas, temos que distinguir alguns aspectos gerais e específicos. Em primeiro lugar, é preciso que tenhamos em conta que a ex-colónia de Cabo Verde nasce a partir de movimentos humanos de *desterritorialização* que transportam milhares de pessoas para outros territórios e forjam *ex-novo*, o surgimento de novas sociedades, as crioulas. O surgimento forçado de uma sociedade mestiça, crioula, cujos aspectos culturais vão formar o que se conhece como Crioulidade, é o resultado da agregação das interacções ou transacções de elementos culturais, europeus, africanos que se reúnem num mesmo território. Eis aqui a especificidade que se gera neste território insular. Estes aspectos de uma diversidade constitutiva são a base para o surgimento de uma nova sociedade autóctone, a cabo-verdiana. É uma sociedade que nasce da negação da liberdade de uns, os africanos, e do domínio de uma minoria hegemónica, predominantemente masculina, europeia. As relações de poder herdadas, mantidas e discutidas, terão esta marca de desigualdade social, de raça e classe, de relações sociais e económicas desiguais segundo as ilhas e de exclusão das identidades de género na construção nacional. Finalmente, a alteridade climática específica pesará muito na vida dos seus habitantes, o factor de sobrevivência converterá a emigração numa dimensão constitutiva de recurso, e marcará a saída forçosa e voluntária de migrantes ao longo da história do arquipélago.

Santiago, a maior ilha e de mais antigo povoamento, converteu-se em "*fortaleza-feitoria*" desempenhando o papel de entreposto comercial do tráfico de escravos, e ponto de refúgio nas rotas atlânticas. A conformação do Atlântico como um mar *circum-navegado* pelas suas margens euro-afro-americanas começava por jogar o peso da identidade geográfica na Modernidade²⁴,

²⁴ Autores como Damas (1937), Césaire (1939), António Carreira (1983), Gilroy (1993), Vale de Almeida (2000) têm-se debruçado em distintos campos desde a literatura à etno-história, sociologia e antropologia.

abordado pelas Ciências Sociais. Segundo Gilroy (1993), o Atlântico a que chama "*The Black Atlantic*" é uma formação intercultural e transnacional que contém reclamações identitárias, exílios forçados, diáspora, fluxos e refluxos de capitais, bens e pessoas. Esta formação intercultural e transnacional é a que nos relaciona directamente com a História das Migrações em Cabo Verde, e que neste estudo adquire importância para entender que os movimentos migratórios neste território estão também impregnados do que Gilroy reclama para o "Atlântico Negro". No caso actual cabo-verdiano, são, por exemplo, as reclamações identitárias de uma africanização da Cultura e da História de Cabo Verde, o reconhecimento da Língua Cabo-Verdiana (Kriolu de Cabo Verde), os contributos da Diáspora Crioula²⁵ em todas as partes do mundo, E.U.A., Portugal, França, Holanda, Angola, Senegal, Inglaterra. Estamos perante um sistema dinâmico de fluxos no sistema global e que a Cabo Verde não é indiferente.

Recordemos que a estrutura social em Cabo Verde começa por configurar-se num processo hegemónico de dominação "racializada", por uma minoria branca, principalmente masculina, e um grupo maioritário negro, dominado (de ambos sexos), e o tráfico e a exploração de mão-de-obra escrava como pilar sobre o qual se assentou a estrutura social. Paralelamente dava-se a configuração de uma sociedade crioula herdeira de diferentes sistemas de pensamento, valores, línguas, organização de formas sociais de convivência, resistências passiva e activas num mesmo território. Historicamente o processo adquire complexidade ao tratar-se de uma sociedade "mosaico", crioula, entre a recusa e a aceitação e aculturação de elementos culturais, religiosos, económicos, políticos diversos.

As lógicas de dominação do sistema de escravatura vão impor às populações residentes no Arquipélago uma visão e uma divisão (Maffia, 2009) dos arranjos familiares tanto nas elites brancas ou mestiças, como na grande massa de escravizados negros. Ou seja, a organização do parentesco e da família e do grupo doméstico em Cabo Verde não serão de todo baseadas no modelo cristão imposto, respondem a uma adaptação própria, mestiça, a um contexto geográfico particular e, onde o elemento humano tinha sido compelido a fixar-se. Citando a Lopes Filho, (1996:147 [Maffia; 2009]):

"A mulher negra e escrava é objecto de uma tripla dominação: de raça, pelo facto de ser negra; de casta, por ser escrava (ademais de reprodutora de mão de obra); e sexual, por ser mulher num regime onde o homem é quem exerce a hegemonia".

(Tradução própria do Espanhol)

Confrontamo-nos, portanto, com os processos hegemónicos de dominação racial, de classe e sexual, que contribuirão entre outros factores para a subalternidade histórica feminina mas também para os processos de resistência e agência das mulheres e homens cabo-verdianos. A

²⁵ Assistimos durante o trabalho de campo ao Encontro com os Emigrantes na cidade de Santa Cruz e promovido pela Câmara Municipal de Santa Cruz, a 26 de Julho de 2012, com a presença de autoridades do Governo de Cabo Verde, do Corpo Diplomático de países como E.U.A. e da França, Administração Local, entidades bancárias e emigrantes provenientes destes países citados.

hegemonia²⁶ em Cabo Verde durante o período colonial é masculina, domina o homem em todas as esferas da organização social e política, as autoridades coloniais, a Igreja, a Escola e o Estado, que concorrem para a manutenção do *status quo*, que vai submeter parte da população do território, a feminina, sob o domínio de uma concepção masculina a que Bordieu chamou "*La Domination Masculine*"²⁷. Um sistema que se define pela violência desde o seu momento de génese, uma gestão dos escravos agressiva, que recorria sem pejo algum ao castigo físico habitual. Numa economia de plantação, a resistência dos escravos por um lado, desde o embarque nos navios negreiros, e a "*pigmentocracia*" por outro, entendida como códigos não escritos da *branquitude*²⁸, serão factores determinantes no estabelecer das relações de parentesco e organização social da família crioula cabo-verdiana. Explicamos brevemente a sequência deste processo histórico e qual foi o seu contributo no forjar da família em Cabo Verde.

Em primeiro lugar, a resistência ao cativo. É sabido que os escravos desde o princípio até ao fim "*tentaram manter uma distância física ou social entre si próprios e a escravatura (...), resistindo da maneira que parecesse mais apropriada, como protegendo-se das piores consequências*" (Walvin, 2008:131). Sobreviver num ambiente estranho e hostil foi para homens e mulheres uma condição de vida ou morte. Revoltar-se contra os amos e a brutalidade física e sexual, a violação massiva de mulheres escravas por homens brancos, contra a separação de entes queridos: companheiros, pais, filhos, família e amigos, não era surpresa no sistema da economia escravista de plantação, e Cabo Verde tão pouco escapa a este padrão. Sobrevivência ou acomodação, converteram-se em formas de resistência não maioritárias na sua expressão física, mas suficientemente importantes para recusar aceitar o mundo de castigos ferozes e exemplares, de códigos penais coloniais mais severos que os europeus, conflitos, vinganças, suicídios em massa, etc. que tinha sido compulsivamente imposto pelos seus donos Walvin, (2008:135). Temos pois que as formas de *família extensa*, tão presentes no arquipélago até hoje, a família nuclear e o "grupo doméstico" (parentes e amigos), instituições socioculturais como a *Tabanka*²⁹ e o *Djuntamon*, criam vínculos particulares que lhes

²⁶ "Hegemonia é a forma de dominação em que o dominado participa da sua própria dominação; mas tem, necessariamente, um outro lado, em que, contrariamente à violência pura, a dominação hegemónica depende da colaboração do dominado. (...) o funcionamento da hegemonia leva a uma focagem sobre certos aspetos da vida social (pessoas, objetos, processos e significados) e a repressão de outros. (...) só é possível reprimir coisas que estão lá para serem ditas, feitas ou vistas." Cf. , Cabral, João de Pina, em "A Difusão do Limiar: Margens, Hegemonias e Contradições na Antropologia Contemporânea." in Mana 2 (1): 25-57, 1996.

²⁷ Marta Maffia,(2009: 4), citando esta obra de Bourdieu a propósito da natureza das relações entre os géneros: "As divisões que constituem a ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e exploração que foram instituídas historicamente entre os géneros (Bourdieu, 1999a: 41), são inscritas, progressivamente em duas categorias diferentes de habitus (...) o homem e a mulher "é a lógica da relação de dominação imposta às mulheres, que constitui os princípios de visão e divisão ", ou seja, classificação e práticas, incluindo aqueles relacionados com o parentesco e organização ..." (Tradução própria do Espanhol.)

²⁸ "A lei de «não ao feijão mistura» que registo no romance Ilhéu de Contenda, fazia parte do código de *branquitude* [entenda-se no sentido de crença na pertença a uma linhagem familiar em que a presença de "sangue negro" não existia] fazia parte das gentes do sobrado". Na entrevista que Teixeira de Sousa concede a Laban, o autor relata a sua história familiar de descendente por parte paterna de um madeirense e materna mestiça onde "houve sangue negro" e ainda assim não fazer parte das gentes de sobrado. António Carreira (1969), escreve: "Por vezes os próprios recenseados inscrevem-se como brancos quando não possuem uma pigmentação muito acentuada; outras vezes são os recenseadores... que procuram branquear a população." Cf., "A Evolução Demográfica de Cabo Verde" In Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Ano XXIV, n.º 94, 1969, pp. 475-500. Citado igualmente por Andrade 1996, p. 42.

²⁹ A *Tabanka* é uma associação de ajuda mútua que para além de desempenhar funções religiosas, também fomenta a ajuda mútua entre os seus membros e entre as comunidades vizinhas, coordenando parte importante do trabalho agrícola através de jornadas de trabalho partilhadas (ou djunta mon). Atua também em ajuda dos associados em situações de crise, como a morte, o matrimónio

permite estabelecer um conjunto de respostas adaptativas ao curso dos eventos que surgem e as afectam, ou seja, emigração, exílios, retornos, identidades familiares, diáspora, fluxos e refluxos de capitais, bens e pessoas.

Para a população escrava, a família é considerada como o bem mais precioso, algo a transmitir de uma geração para outra. As competências pessoais e sociais são aprendidas no seio da família escrava que sempre foi uma *"rede social alargada de comunidades escravas (...), grande ou pequena, próxima ou dispersa - os escravos procuravam invariavelmente o apoio mútuo"* Walvin, (2008: 149). Jabardo (2008) explica-nos que foi no sistema escravista onde os escravos e escravas tiveram de adaptar-se a um contexto novo e hostil, e reinventar o conceito de família. Por exemplo, os termos "irmão" e "irmã", são centrais na experiência negra nos Estados Unidos da América. São termos políticos que imediatamente estabelecem solidariedade e sentido de associação entre a gente negra. Ambos os termos, inexistentes em línguas africanas, foram utilizados pela primeira vez na América e o seu uso está intimamente relacionado com a experiência da escravidão. A consciência de afinidade racial como base de solidariedade terá sido desenvolvida no mesmo momento em que os africanos se puseram no mesmo barco em companhia de escravistas brancos. Foi então quando tiveram consciência de raça, como signo identitário. Nesse momento - tal como argumenta Oyebumi (2001), a consciência racial transformou o significado de parentesco.

Ambos termos (*brother / sister*), que os afro-americanos utilizam, expressam parentesco no feminismo negro. Próximo a estes conceitos nas plantações também se redefiniu o conceito de mãe, que teve entre as comunidades negras uma dimensão colectiva. Este conceito alude tanto à mãe natural como a todas as mulheres escravas que se ocupavam do mantimento e cuidado das crianças. Como ocorria inicialmente com os conceitos de irmão/irmã era, novamente, uma estratégia de luta e de sobrevivência emocional. A socialização colectiva dos filhos era uma forma de se preparar, emocional e psicologicamente, para uma possível separação, tão habitual nas condições da escravidão (Sparks, 1996 em Jabardo 2008). E isto afecta do mesmo modo o conceito de maternidade de África, que tal como assinala Vieitez, está muito mais relacionado com a maioria de idade, do que com a realização pessoal. Ser mãe permite apresentar-se na comunidade como uma adulta e não como uma menina/criança, e portanto gozar de autoridade e de prestígio, do mesmo modo que permite pôr em funcionamento os mecanismos necessários para aceder a recursos perante os demais membros da comunidade.

No nosso estudo isto faz muito sentido pelo que já dissemos sobre a importância dos vínculos ligados à reprodução biológica. O termo *pai-de-filho* e *mãe-de-filho*, em Kriolu de Cabo Verde, são usados para o pai e mãe da criança e são o espelho de uma maior valorização dos padrões reprodutivos do que os papéis conjugais. Por tudo isto, em muitos casos, mais do que família, dever-se-ia usar o conceito de linhagem. Ou seja, os conceitos que são centrais na teoria feminista "branca" tornam-se problemáticos na sua aplicação às vidas das mulheres negras: "família",

ou a construção de uma casa. Por último, e não menos importante, converteu-se numa instituição importante para a sociabilidade local. Neste sentido, sanciona certas regras de conduta que valorizam as práticas de generosidade e solidariedade entre os associados, estabelece prescrições de comportamento em momentos importantes da vida social, como os funerais e as rezas coletivas, assim como estabelece proibições sobre comportamentos tidos por inadequados. Cria regras para a educação dos mais jovens e, como instituição de devoção, inculcam valores morais e religiosos que limitam a vida social (Trajano 2011: 172).

"patriarcado", "reprodução" (Carby, 1982 em Jabardo 2008). No caso cabo-verdiano, numa sociedade pós-escravocrata crioula, mestiça, de contactos culturais diversos e pós-colonial, estas referências e conceitos revelam que muitos estudos tendem a usar conceitos e métodos de análise importados que muitas vezes não respondem às realidades específicas e de contexto. Insistir nos processos que historicamente excluíram a mulher em Cabo Verde é condição necessária para abordar aspectos dos impactos nas famílias em Santiago, não deixando de inserir em toda a análise que fazemos, as noções de Colonialismo, Mestiçagem, Crioulização (Barbosa Rodrigues, 2002). Entre as famílias brancas e mestiças dos proprietários de terras³⁰, mais comumente chamados de Morgados, serão estabelecidas formas de associação de acordo com os códigos de *branquitude*. Nas formas legais de associação familiar, as elites brancas e depois mestiças têm como ideal e prática o casamento monogâmico para assegurar o património latifundiário, a "pureza da raça" e a linhagem, pese a que toda esta construção é muito pouco resistente ao legado também europeu, pelo menos português, de "concubinato", com mulheres negras e mestiças. Ou seja, a união livre é uma tendência muito generalizada nas Ilhas, documentada por autores como A. Carreira, (1985:28, [1972]), Lopes Filho (1996), e Marta Maffia (2009).

Para o caso de Cabo Verde, as categorias de *raça*, classe e género, a que aludimos antes, desempenharam um papel crucial na constituição e perpetuação de uma sociedade de classes, onde as manifestações óbvias da sexualidade viril impõem uma dominação masculina nas formas de relacionamento entre homens e mulheres, no sistema de género e na organização da família, do parentesco, que encontra como resposta para a subalternidade feminina imposta, um distinto conjunto de formas para organizar a família e a descendência.

Os impactos nas famílias são decorrentes de uma continuidade socio-histórica e cultural, dos papéis e estereótipos de género que fixam normas culturalmente aceites de mobilidade e vão determinar os modos como a emigração de mulheres e homens é feita. Incidem igualmente em quem tem a responsabilidade de cuidar. Normalmente dá-se por aceite que é uma tarefa de mulheres (invisível e remetida ao âmbito familiar e privado), e a maioria fá-las sem compensação monetária. O trabalho assalariado foi entendido como visível no espaço público e portanto uma prerrogativa masculina. Quer isto dizer que as tarefas de cuidar uma família não são medidas, nem se sabe como têm impacto na vida das mesmas. São portanto uma base invisível de uma desigualdade de género socioeconómica e política em todas as sociedades e Cabo Verde não escapa a esse padrão. No entanto, para este estudo, o carácter de família transnacional com grande presença de famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, precisamos prestar atenção à migração e como este fenómeno transforma o acto de cuidar. Quais são as formas que encontramos para cuidar quando uma mulher emigra, nas famílias entrevistadas?

³⁰ "Na Brava e no Fogo, a preferência pelo casamento com o primo direito/direita, não ajudava somente a que as famílias mantivessem as suas propriedades fundiárias indivisas, mas julgava-se ou assim se considerava, de que se asseguraria a "pureza" racial. Quando as terras dos proprietários deixaram de assegurar rendimentos, as famílias de terratenentes do Fogo continuavam a preferir os casamentos com os primos direitos, "Melhor que fique entre a família de que nas mãos dum estranho/forasteiro". (Meintel, 1984: 115).

O facto de estarem ausentes, as mulheres emigrantes de Santiago, com familiares na ilha, procuram formas práticas como recolhemos no decurso do trabalho de campo, quer seja em forma de remessas monetárias e de bens de consumo, mas também imaginativas de apoio emocional, contacto telefónico, gestão e ajuda familiar desde longe e quando podem, visitas ao país. Portanto, a responsabilidade de cuidar transcende a mera co-presença física, é transnacional, usa suportes e recursos materiais de forma prática e imaginativa para manter os vínculos com os que ficam para trás.

Interpretar neste projecto de investigação o modelo familiar encontrado na ilha de Santiago à luz dos conceitos teóricos Pós-Coloniais e dos Estudos de Género e Migrações, oferece a possibilidade de ver como as categorias e os modelos para interpretar a família, raça, classe em Cabo Verde, têm a necessidade de buscar novos paradigmas interpretativos. As formas de estigmatização da mulher migrante³¹ por parte de determinadas concepções (vigentes) sobre modelos familiares, relacionam-se com a falta de reconhecimento de outros tipos de famílias (como a monoparental) que respondem a factores etno-históricos (a escravatura), de classe e de género, assim como dos antigos regimes coloniais e relações económicas desiguais entre países das periferias e os países do centro (Norte/Sul). A noção de "raça" aparece historicamente em intersecção com os códigos de "branquitude" e "pigmentocracia" já aludidos, atingindo com maior visibilidade os grupos de pessoas que não tiveram acesso à terra, os descendentes de antigos escravos, os parceiros ou rendeiros e isto na Ilha de Santiago foi histórico e socialmente determinante para os indivíduos e as famílias mais pobres.

Conceptualizações de género e fundamentação teórica do estudo

Os trabalhos sobre género e migrações são um dos campos de estudo mais inovadores no estudo das migrações. Possivelmente, as principais contribuições e os trabalhos mais sugestivos no âmbito das Ciências Sociais provêm de este grupo de investigações. Para muitos autores, de facto, encontramos-nos perante um campo de estudo específico com identidade própria (Gregorio 2012).

O ponto de partida desta investigação está baseada nas categorias de análise propostas a partir dos enunciados feministas que situam a sua perspectiva de análise nas mulheres e no facto de nos encontrarmos perante uma tendência global de aumento do número de mulheres que emigram, processo denominado de feminização da migração. Deste modo, já não podemos continuar a caracterizar as migrações internacionais como um assunto de homens. Por esse motivo, é necessário situar as relações de género na análise dos processos migratórios. As relações de género permitem-nos entender como se definem e distribuem os direitos, as responsabilidades, as identidades (feminina/masculina) numa sociedade, e determina o tipo de relações sociais entre

³¹ Convivem de forma ambígua sentimentos quanto a ausência da mãe e o impacto negativo nos filhos, quando o principal motivo expressado pelos informantes entrevistados que quando uma mulher emigra o seu objetivo principal é o de garantir a sobrevivência da família e dar um melhor futuro aos filhos. Discursos estigmatizadores de "não cumprir com o seu papel de mãe" convivem de forma contraditória e ambígua com uma admiração pelo seu sucesso como provedoras do sustento económico da família.

mulheres e homens. São, portanto, uma construção social, são relações dinâmicas, em constante mudança, tendo como principal característica a desigualdade: existe uma hierarquização de géneros segundo a qual os homens ocupam um lugar privilegiado em relação às mulheres (*Le Monde selon les femmes*, 2006).

Para abordar o género e as migrações existem um conjunto de factores que devem ser tidos em conta, tais como:

- A divisão sexual do trabalho;
- A falta de reconhecimento do contributo económico do trabalho doméstico não remunerado;
- A discriminação no acesso e inserção no mercado laboral; e
- A Violência baseada no Género.

A divisão sexual do trabalho atribui as tarefas que se realizam na sociedade em função do sexo. O trabalho doméstico foi atribuído às mulheres de forma quase exclusiva, já que este é feito por elas em mais de 95% dos casos em todo o mundo. O tempo e as energias que as mulheres empregam em cumprir com as tarefas de cuidar, condicionam a suas possibilidades de formação, de participação política, e o seu acesso a fontes de trabalho de qualidade e aos espaços de ócio, recreação e desenvolvimento pessoal. Devido ao facto das mulheres se encarregarem do trabalho doméstico, vêm-se muitas vezes obrigadas a empregar-se no sector informal da economia e no sector dos serviços, ou aceitar trabalho precário ou a tempo parcial. Estes empregos são habitualmente mal remunerados e instáveis, o que se repercute no acesso à segurança social, cobertura médica e de acidentes de trabalho, descanso, férias e licenças de parto, entre outras prestações sociais.

Relacionado com o ponto anterior, o trabalho doméstico não tem atribuído um preço no mercado de trabalho, quer dizer, pela sua realização as mulheres não recebem ingressos económicos e estão obrigadas a compatibilizar com a procura de empregos que produzam benefícios e recursos económicos. Desta forma, as mulheres nunca recebem uma recompensa económica por algo que se considera ser de sua responsabilidade e que para todos os efeitos é um trabalho. De forma adicional, a economia não contabiliza em dados sobre a riqueza (registada no indicador conhecido como Produto Interior Bruto, o PIB), a contribuição económica que as mulheres fazem com o seu trabalho doméstico para o desenvolvimento do país. Portanto, o trabalho doméstico converte-se num "subsídio-sombra" do crescimento económico. Noutros termos, a economia recebe um aumento adicional porque o trabalho doméstico, ainda que seja necessário e tenha que ser feito para assegurar a reprodução social, não é pago.

O terceiro factor a que temos que referir-nos é a discriminação das mulheres no acesso ao mercado laboral, fortemente marcado e condicionado por estereótipos de género. Desta forma, as mulheres encontram uma série de obstáculos para obter um trabalho estável e bem remunerado, com as consequentes implicações deste facto nas suas vidas. Assim, as mulheres recebem salários menores aos dos homens pelo mesmo trabalho, ainda que tenham o mesmo nível educativo e a mesma

experiência de trabalho. Os dados indicam que em média, estas recebem um 60% e 80% menos que os homens. Este factor contribui para acentuar a pobreza relativa das mulheres. Trata-se pois de uma discriminação salarial por razões de género. Outra das manifestações desta discriminação é a chamada "segregação horizontal", a tendência de concentração de mulheres em determinados sectores de trabalho, como por exemplo, a saúde, educação ou assuntos sociais. Por outro lado, também vivenciam a "segregação vertical", de ocupação dos escalões mais baixos da estrutura ocupacional e de encontrar mais dificuldades para alcançar postos de direcção, de elite dentro das empresas ou instituições públicas. Estas tendências também têm o seu reflexo no mundo político em que à excepção dos países nórdicos, a presença de mulheres em postos de decisão é muito escassa.

Por último, a violência baseada no género é outro aspecto do contexto de socialização de género em que participam homens e mulheres. A violência não está somente associada aos maus-tratos físicos (espancamento, ou violação), também se associa aos maltratos psicológicos de todo o tipo. Segundo Rosabal, 2011, "provocam danos profundos nas mulheres, seja no plano emocional seja na percepção sobre as suas capacidades" ou ainda "As limitações que lhe são impostas pela sociedade, resultam de uma acumulação de actos de exercício abusivo do poder, que acaba por ferir a auto estima das mulheres, que se traduz num profundo sofrimento e no desenvolvimento sentimentos de incapacidade" (ibidem, 2011).

Estes quatro factores citados devem ser tidos em conta para proceder à análise dos impactos das migrações femininas nas famílias bem como os impactos económicos. De momento, podemos adiantar que as migrações femininas e o seu vínculo com a globalização dos cuidados implicam que as mulheres recebem um salário por realizar um trabalho, e este facto é vivido pela maioria de mulheres como uma melhoria das suas condições de trabalho. Além disso, as mulheres devem transferir os cuidados dos seus filhos a outros familiares, continuando a encarregar-se dos cuidados à distância. Por outro lado, o dinheiro/salário auferido permite incrementar a renda familiar *a priori*, ainda que para que isto suceda, terão que dar-se uma série de factores familiares e sociais. Todos estes elementos serão analisados com detalhe nos diferentes capítulos que dedicaremos a explicar a migração feminina cabo-verdiana na Ilha de Santiago, Cabo Verde.

As nossas discussões teóricas tomam como empréstimo alguns elementos das concepções africanistas e africanas de género e de feminismo, tal como nos mostram a antropóloga Ife Amadiume (1987; 1997) ou a socióloga Oyèrònké Oyewùmí (1997; 2003). Neste sentido, cremos ser necessário aprofundar o estudo enquadrado nos sistemas de género africanos concretos, e ultrapassar as concepções e as construções socioculturais das desigualdades de género que impregnam algumas posições socio-antropológicas ocidentais (Vieitez, 2005) com o objectivo de estudar a migração e o género a partir de novos padrões de análise. As autoras desta escola oferecem exemplos de forma habitual nos quais as mulheres não parecem sujeitas a categorias fixas, e questionam as categorias políticas e de análise usadas pelo feminismo ocidental, como por exemplo, o uso da "mulher" como uma categoria social sempre sem poder e definida em relação com o e ao homem. Oyewùmí, por exemplo, questiona conceitos como mulher/ mulheres, que

confundem quando são tomados fora do seu contexto etnográfico e histórico, mais do que clarificam. Partindo desta perspectiva, as concepções de género em África, ao invés da Europa e E.U.A., são muito mais flexíveis e distintas porque as pessoas relacionam-se de forma distinta.

Por exemplo, em algumas famílias africanas que não tenham um filho varão, uma menina *pode ser um filho varão* como um *papel* social, com poder e prerrogativas sociais; ou por exemplo, não podemos equiparar ser mãe com ser esposa, questão muito útil no contexto cabo-verdiano. O mais significativo de tudo isto é talvez reconhecer que o género não é uma categoria necessariamente estática nem fixa, nem definida como oposta a outro género (o masculino), mas que está construída social e culturalmente e que, além disso, evolui em significados e conteúdos com o tempo: para cada mulher o género pode facilmente modificar-se durante o seu ciclo de vida, e ser muito diferente para as mulheres de distintos contextos históricos, sociais e políticos.

Estas questões conceptuais são relevantes no momento de entender as relações de género e migração. Perante as imagens de mulheres confinadas em matrimónios pactuados, polígamos ou ambos, tal são representadas as mulheres negras e as mulheres árabes, começam a introduzir-se novos perfis: mulheres trabalhadoras, mulheres que emigraram sozinhas e contribuíram para a economia familiar, mulheres que são capazes de reconstruir as suas redes sociais à margem das masculinas, mulheres com representatividade política e discurso público. A partir de estes exemplos, o feminismo negro mostrou-nos a necessidade de superar as dicotomias tradicionais elaboradas pelo feminismo branco e ocidental, e que opõe o público ao privado, a emancipação à submissão, que tão dificilmente "encaixam" no contexto africano (Jabardo 2008).

Outra questão que deve ser tida suficientemente em conta é o papel que desempenha a *raça* como princípio estruturador dos outros sistemas de poder: classe e género. Isto implica, no caso que nos debruçamos, que quando falamos de comunidades negras afrodescendentes quer seja no contexto africano ou fora de ele, é necessário analisar e mostrar o impacto das sociedades (pós) escravagistas nas relações de poder a que têm estado submetidas estas populações.

Um outro tema que representa um ponto de tensão dentro do feminismo negro, e na descrição das "famílias africanas", é precisamente a forma de entender "a família". De facto, o conceito de família em si pode ser problemático ao procurar um modelo de família nuclear na sociedade africana, e cabo-verdiana, de tal forma que aquilo que não encaixa com este padrão (a grande maioria) seria catalogado como famílias desestruturadas ou desorganizadas. Tal como nos assinala Jabardo no caso das famílias nos E.U.A., a desestruturação das famílias negras era entendida segundo a moral dominante por um conjunto de características como a monoparentalidade, a ausência de uma presença masculina forte e/ ou as gravidezes de adolescentes. Evidentemente, a responsabilidade de todas estas questões recaía na incapacidade de estas mulheres como "mães". Esta discussão adquire grande importância para uma análise focalizada no impacto da migração feminina nas relações de género na família, sobretudo o caso das famílias monoparentais chefiadas por mulheres que emigram. Retomaremos este tema quando analisarmos a estigmatização a que se vêem sujeitas este tipo de famílias na migração.

Outro elemento a ter presente na nossa análise, é precisamente o impacto que o processo migratório poderia ter nas relações de parentesco destes agregados familiares. No caso das chefes de famílias monoparentais, a categoria antropológica que nos permite entender as relações de parentesco é a *matrifocalidade*, a que se refere aos grupos domésticos monoparentais orientados à figura da mãe e em que o pai está ausente ou somente tem presença ocasional. Estes grupos aparecem habitualmente em contextos de pobreza e marginalização social, e sugeriríamos que são fruto de estratégias familiares postas em acção por grupos subalternos, que historicamente viveram processos de escravidão e que saíram dela.

O singular na matrifocalidade é o papel estável e central das mulheres em torno das quais se agrupam os restantes membros do grupo doméstico. Regra geral, a actividade da mulher é a principal ou única fonte de rendimentos. O conceito de matrifocalidade não exclui a possibilidade de que outros homens formem parte do agregado familiar/lar, mas não são os provedores principais de rendas económicas, nem quem toma as decisões. Se aplicamos esta regra ao caso dos agregados transnacionais onde as mulheres são as principais sustentadoras e provedoras de cuidados e dos recursos, a migração destas pode alimentar a percepção (na sociedade em geral) de ausência e abandono, focalizado sobretudo no facto de o que se pode ver alterado, não é a qualidade das relações, mas sim a quantidade e o modo como o vínculo entre mãe-filhos e filhas ocorre.

Redes globais de cuidados

Um dos interesses em que se têm centrado os trabalhos de género e migrações nas últimas décadas consiste em tornar visível a mão-de-obra feminina nas migrações e o impacto social e económico das mulheres emigrantes nos contextos receptores. A análise da presença de mulheres imigrantes no Sul da Europa por exemplo, oferece-nos uma imagem da sobrevivência das estruturas patriarcais subjacentes no contexto europeu. Esta migração foi abordada, pelo contrário, a partir do papel que tinham as mulheres imigrantes nas ocupações feminizadas, que, além de desvalorizadas, estavam vinculadas a tarefas de assistência e serviços. As mulheres trabalhadoras em serviço doméstico liberavam as mulheres autónomas europeias do trabalho reprodutivo do lar, para que pudessem produzir noutros lugares fora da casa, devido, entre outras razões, às necessidades de consumo e de estilo de vida das famílias de classe média baixa. Esta função era pensada, por um lado, pelo incremento da taxa de actividade laboral das mulheres casadas das classes médias urbanas e, por outro, a partir da reprodução da servidão como símbolo de estatuto social.

Deste modo, longe de assistirmos ao fim do serviço doméstico, observou-se um incremento da procura de empegadas domésticas em distintas partes do planeta - internacionalização - contextualizada pelos processos de mercantilização ou externalização da reprodução social. Num mercado global, esta tendência não era inócua, mas encontrava-se no coração do debate sobre a reestruturação social das sociedades ocidentais e estava plenamente vinculada à aparição de um

novo "exército de reserva" determinado pela divisão global do trabalho. Trata-se, noutras palavras, da construção e manutenção das redes globais de cuidados (Oso y Ribas 2012).

As "redes globais de cuidados" ou "as redes mundiais de afecto e assistência" são um conceito introduzido por Hochschild para evidenciar as desigualdades entre as mulheres e refere-se a "uma série de vínculos pessoais entre pessoas de todo o mundo, baseadas em trabalho remunerado ou não remunerado de assistência" (Hochschild em Gregorio 2012). Inspirada no trabalho de Pierrette Hondagneu-Sotelo e Ernestine Avila (1997), realizado através de entrevistas a mulheres latinas trabalhadoras domésticas em Los Angeles, Hochschild diz que:

[...] estas redes, muitas vezes fazem a articulação entre três séries de cuidadoras: uma encarrega-se dos filhos da emigrante o país de origem, outra cuida dos filhos da mulher que cuida dos filhos da emigrante, e uma terceira, a mãe, emigrante, cuida dos filhos das profissionais no Primeiro Mundo. As mulheres mais pobres criam os filhos das mulheres mais abastadas, enquanto as mulheres ainda mais pobres - ou mais velhas, ou mais rurais- cuidam dos seus filhos (2001: 195).

Neste sentido, é necessário problematizar que estas dinâmicas devem ser situadas nas relações históricas e económico-políticas de produção, bem como nas correspondentes dimensões subjectivas e identitárias (Gregorio 2012). Para esta autora, situar o problema no suposto conflito entre mulheres, faz um fraco favor à empresa feminista, que, tem presente a geografia do poder da globalização e o regime de fronteiras do "Primeiro Mundo" da "Europa" para denunciar o regime económico e político que torna invisível e desvaloriza o trabalho "reprodutivo" no contexto actual de "crise de cuidados". Neste sentido, Gregorio propõe politizar os cuidados extraíndo-os do espaço "privado" do lar e do seu conteúdo naturalizado, na sua associação ao feminino, tratando de evitar, com isso, a definição das mulheres como seres afectivos e assistenciais partindo da presumida relação com a procriação e a educação das crianças. Trata-se de compreender os cuidados a partir da sua definição política que atribui, assinala e naturaliza as tarefas dos cuidados às mulheres através da construção de corpos generalizados, sexualizados, *racializados*, *etnizados* e *desterritorializados* na sua relação com o cuidado (Gregorio Gil, 2009). O desafio coloca-se melhor, tal como nos recorda esta autora, na necessidade de compreender os cuidados em todas as suas dimensões - emocionais, corporais, sociais, económicas, políticas e éticas.

A naturalização dos cuidados a partir do suposto sentimento de "amor da cuidadora", implicaria pôr no mesmo plano todos os cuidados e, conseqüentemente, às mulheres, com o qual se encontravam nublados os múltiplos significados do cuidado e o quadro das relações económico-políticas nas quais eles teriam lugar: a quem se presta cuidados, por quê, em troca de quê, se é um trabalho pago e/ou reconhecido, se é aos meus parentes ou não, que expectativas e questões gera em quem cuida ou em quem recebe cuidados. Ao mesmo tempo circunscrevia os cuidados ao estreito marco dos princípios de descendência e afinidade (matrimónio e família) ratificados nas práticas políticas e no direito (Gregorio 2009).

IV - Resultados

Podemos classificar em três os temas, e as principais explicações extraídas da análise das entrevistas, dos grupos de discussão e da observação, levadas a cabo durante o trabalho de campo (ver capítulo de Metodologia): as tensões entre representações estigmatizantes da migração feminina e representações positivas da mesma, os impactos da maternidade transnacional na relação mãe-filho e as mudanças na masculinidade hegemónica e nas paternidades ausentes.

Neste estudo, o impacto da emigração de um membro das famílias que entrevistamos, seja este mulher ou homem, é diferente mediante o capital cultural, social e económico de cada família. As diferentes famílias que encontramos em um período muito curto de observação apenas nos podem deixar pistas que nos permitem afirmar que todas assumem riscos, quando um dos membros do grupo familiar doméstico emigra. Riscos de não voltar nunca mais a Cabo Verde, de morrer longe do país, de não poder estar presentes num funeral de um ente querido ou de receber o cadáver de um familiar falecido no estrangeiro. Todas estas pessoas que encontramos, assumem com maior ou menor integridade moral o "luto" migratório de saber que cumprir com as obrigações de ajuda aos seus familiares tem um custo, que às vezes é premiado com o êxito material, uma vida melhor, mas também a possibilidade de um fracasso e o não retorno ao país. Por isso, as famílias dependendo dos seus laços e diferentes contextos migratórios de recepção, questão que não analisamos, estabelecem estratégias diferentes que sirvam os interesses do seu grupo familiar. Os papéis e as responsabilidades em função do sexo são portanto variáveis.

No caso de emigrar uma mulher, de forma habitual são activadas estratégias que vão desde relações de ajuda mútua entre mulheres, (sororidade), até às formas locais de entre ajuda como o *Djunta mom*, e relações de ajuda ao empoderamento feminino e económico de outras mulheres ou a partilha da educação dos filhos e filhas. Entendamos que o empoderamento feminino, como um processo que empreendem as mulheres que entrevistamos para lutar pela redução da desigualdade e injustiça (social, económica, cultural), e que têm a noção de que sofrem, se se compararem com os homens. As famílias organizam-se (tomada de decisões, recursos materiais e simbólicos), para que os cuidados sejam transferidos para outro membro do grupo doméstico.

As famílias em cujo membro foi uma mulher que deixou o país, as solidariedades femininas organizam-se entre filhas e mães emigradas (enviando dinheiro por exemplo às suas mães que ficaram encarregues de cuidar os filhos e filhas, ou as irmãs que enviam as remessas materiais - dinheiro, roupas, bens para venda) a outras irmãs ou membros do grupo familiar doméstico. Nas famílias cujo membro emigrou é o esposo e o pai de filho, os padrões encontrados são variáveis. Identificamos entre os casos analisados, a existência de compromissos lassos, (paternidade activa-ausente, que se explicará adiante), o que obriga aos membros que ficaram a trás, a reorganizar os cuidados de forma diferente, por não poder contar de uma maneira regular com essa contribuição, económica, afectiva, por parte do homem emigrado.

A estigmatização da migração feminina versus a valorização das mulheres emigrantes

Uma das primeiras questões que emergiram do trabalho de campo reside na constatação da presença, uso e circulação de um discurso estigmatizador em torno das famílias transnacionais de migrantes. Estes discursos e os seus usos inserem-se noutros de maior alcance mediático e giram em torno da desestruturação familiar, representada pelas famílias monoparentais na Ilha de Santiago e em Cabo Verde. O seu ponto de partida encontra-se enraizado nas conceptualizações vigentes e assumidas da sociedade cabo-verdiana em geral. Este conceito de família assenta na ideia de um modelo familiar irrealista, de raiz monogâmica, católica ou outra confissão religiosa cristã e ocidental. Os seguintes testemunhos são reveladores destas tensões, pelo menos ao nível discursivo

Penso que em Cabo Verde que persiste um discurso de culpabilização; o facto de não ter marido, está tudo desculpado, o facto do meu filho dar em bandido, ou ladrão, tem que ver com o facto de que o pai dele ou a mãe está fora do país.

Mulher, 30 anos, universitária, cidade da Praia, Julho de 2012.

Se é o caso do homem [que emigra], a família fica mais sobrecarregada, ela fica só tomando conta de tudo. As mulheres [quando emigram], arranjam formas solidárias com outra mulheres; o discurso vigente de certos sectores mais patriarcais acusam-nas de deixar as crianças desprotegidas. O que queremos fazer é trabalhar na democratização das relações de poder no espaço privado;

Mulher, 37 anos, universitária, cidade da Praia, Julho de 2012.

Estes discursos, que privilegiam umas famílias e que penalizam a outras, têm consequências muito negativas para 36,9% de famílias cabo-verdianas que são monoparentais³². De maneira semelhante a outros casos já analisados pela literatura científica em outras partes do mundo com grande número de mulheres emigrantes (México, Equador), estas famílias são apresentadas à opinião pública local como a causa da proliferação de comportamentos juvenis violentos como o *Cassubody* - tradução literal da locução inglesa *Cash or Body* e do fenómeno urbano violento *Thug(s)*³³ - nascido nos bairros pobres e marginalizados das cidades dos E.U.A., habitados na maioria por afro-americanos e hispanos imigrantes. A ideia de família desestruturada, nas quais os filhos convivem sem um padrão de comportamento consensual na sociedade, apresenta-se num contexto discursivo no qual a migração feminina e em menor medida, a masculina, e a ausência da chefe de família, se vê sujeita às mesmas sanções sociais.

³² Cf. em [Plano para Igualdade e Equidade de Género \(PNIEG\) 2005-2009](#), no capítulo Demografia e Família, "Em 2007 (INE QUIBB), a estrutura dos agregados familiares era a seguinte: 9,1 % unipessoais, 4,2% casais isolados, 39,6% conjugais nucleares, 36,9% mono parental e 10,1 denominados como "outros. Isto indica que o modelo de família, conjugal nuclear, formado por um casal e os filhos, todos vivendo juntos e onde o homem é o principal provedor e a mulher dona de casa ou uma fonte de ingresso adicional, coadjuvante do marido no sustento familiar, está longe de ser uma realidade no nosso país". p.4.

³³ The Codes Of Thug Life where a set of codes written by 2Pac. Ver referência em: <http://www.urbandictionary.com/define.php?term=thug%20life>

Nestes casos, os discursos políticos, académicos e mediáticos apresentam a migração da mulher como a causa dos efeitos negativos gerados pela migração feminina: divórcios, alcoolismo masculino, gravidezes prematuras das filhas, fracasso escolar, delinquência, toxicodependência, vandalismo, suicídios infantis e juvenis e abusos sexuais (Parella 2007; Sorensen 2007). Trata-se de uma clara penalização da migração feminina. Estas práticas discursivas não analisam a situação dos filhos em si mesma e resultam da necessidade actual de renegociar as relações de género, num contexto de migração feminina que fragiliza os pilares do patriarcado (Parella 2011).

Queremos dizer que a migração feminina em muitos casos desafia o modelo de género hegemónico que privilegia a família nuclear em torno às figuras tutelares do pai e da mãe. O pai como figura central do poder familiar (*pater familias*), e as tarefas familiares organizam-se segundo a divisão sexual do trabalho. Neste sentido quando as mulheres emigram, os cuidados devem ser de novo redistribuídos no seio familiar, o que implica em si mesmo uma alteração da ordem familiar estabelecida. As mulheres, ao partir, não estariam cumprindo com as suas "obrigações naturais", como é o cuidado da família. É isto o que se questiona quando as mulheres emigram. No entanto, e tal como quisemos mostrar neste trabalho, a emigração feminina ocorre num contexto de renegociação dos modelos familiares e de mudança na maneira de entender as relações de género na família, sobretudo por parte das mulheres mais jovens.

Portanto, a partir das primeiras tendências derivadas do trabalho de campo, podemos constatar a existência de discursos penalizadores do processo migratório feminino na Ilha de Santiago, o que representa uma clara semelhança com os processos migratórios femininos vividos em outros sistemas migratórios: americano, europeu, Ásia-Pacífico e Golfo Pérsico. Encontramo-nos perante uma continuidade cultural articulada em torno de um modelo de organização patriarcal, colonial, católico da família, que ignora as especificidades culturais e os arranjos familiares em Santiago, e em Cabo Verde em geral.

Estes discursos estigmatizadores também são projectados sobre os lares e agregados, chefiados por mulheres, que alteram a configuração nacional das famílias ao formarem padrões transnacionais de residência. São famílias que transcendem os limites da nação cabo-verdiana, nas mãos de mulheres migrantes e que activam representações discriminatórias sobre estas mulheres e famílias, e que simultaneamente produzem representações inclusivas a partir das práticas destas famílias, como veremos em seguida no caso de envio de remessas. No entanto, estes discursos sancionadores contrastam claramente com a manifestação de outros que situam a mulher dentro de um duplo papel: o produtivo e reprodutivo. Nestes casos, a construção da figura materna é inseparável da dupla dimensão de mãe cuidadora e ao mesmo tempo de sustentadora económica:

Para mim as mulheres emigram porque fazem sempre tudo para defender a sua família, preocupam-se para não ver os filhos sofrer, para que não passem fome e tenham estudos por isso saem do país para ter melhores condições de vida; para buscar o melhor à procura sempre do melhor.

Mulher, jovem estudante universitária no estrangeiro, 22 anos, Praia, Julho 2012.

Para as mulheres que já eram chefes de família no país de origem, a migração supõe melhorar o nível de bem-estar assumindo uma função provedora que não é nova para elas. A migração constitui, nestes casos, um elemento de continuidade no que toca aos papéis de género. Assim, por exemplo, as mulheres migrantes geralmente deixam os seus filhos ao cuidado de outras pessoas, especialmente às suas mães (as avós-mãe), ou então aos seus maridos ou a outras mulheres da família - irmãs, primas, cunhadas, etc. Portanto, o processo migratório é valorizado em termos positivos já que a continuidade com as tarefas permite assegurar e sustentar a sobrevivência da família. A cobertura dos gastos e despesas dos que ficam atrás fica assegurada pela emigração de mulheres que já se encarregavam destas tarefas antes mesmo de emigrar. Um aspecto que nos permite contextualizar esta questão é o envio de remessas pelas mulheres migrantes, o seu uso e administração.

Relativamente ao uso das remessas, podemos assinalar que se encontra associado ao motivo que propiciou o processo migratório: a falta de oportunidades económicas, sociais e políticas. Deste modo, as mulheres migrantes assumem aspirações de melhores condições materiais de vida na prática concreta - como é a casa própria ou investimentos para instalar um negócio - ou de mudança de estatuto social, expressado geralmente através da educação dos filhos e filhas e do desejo de uma melhor vida para eles e elas. Neste sentido, e como noutros casos, as remessas são usadas nos lares para financiar os gastos básicos (alimentação, transporte, vestuário, etc.) e/ ou cobrir os cuidados de saúde. Um outro gasto coberto pelo dinheiro das remessas é a construção, compra, ou remodelação da casa:

"Melhoramos as nossas casas, construimos porque vimos que o vizinho que tinha emigrado melhorou a sua casa, e nós também; antes as nossas casas eram de palha, agora temos telhas"

Mulher com filho e filha emigrantes, 40-45 anos, interior da Ilha de Santiago, Julho 2012.

Noutras ocasiões, as remessas são usadas para fazer face aos imprevistos, e sobretudo, financiar a educação dos filhos quer seja em Cabo Verde ou fora. Do mesmo contribuem para financiar gastos sociais na família como os casamentos, baptizados, etc. e outros não menos importantes: aqueles gerados pelo reagrupamento familiar de muitas famílias. No fundo, as remessas são destinadas a melhorar o bem-estar dos agregados familiares.

No entanto, é necessário assinalar que o discurso sobre o uso das remessas não parece privilegiar este tipo de usos, e encerra um juízo generalizado sobre o seu uso, situando no plano positivo somente os usos masculinos do dinheiro, tendentes ao produtivo, enquanto no plano negativo o envio de dinheiro situa-se nos fins reprodutivos, protagonizado na sua maioria pelas mulheres migrantes cabo-verdianas. Estas valorações são enunciadas pelos posicionamentos de classe, raciais e de género sobre o uso do dinheiro pelas mulheres santiaguenses de classe média/ baixa emigrantes, no seio das suas famílias.

Um dos elementos mais significativos que o trabalho de campo permitiu delimitar, foi o papel do sexo na administração das remessas. No nosso estudo podemos distinguir claramente os agregados monoparentais e os nucleares. No caso dos nucleares, são as mães que permanecem no país de origem as que em primeiro lugar administram o dinheiro que lhes envia o pai emigrado. Quando é a mulher que emigra, chefe de família monoparental, o dinheiro é enviado a outras mulheres da família, em que existe uma relação de obrigações mútuas e confiança em termos familiares. No caso cabo-verdiano, verificámos pelas nossas observações de campo, que as avós desempenham também um papel chave na administração do dinheiro que chega com a migração:

Ela às vezes mandava 100.000 liras ou 150.000 liras, já estava aconchegado com o dinheiro italiano... Ela mandava a minha Avó primeiro, mas depois que a minha Avó foi a Lisboa, mandava-me directamente, depois de que ela faleceu, não havia mais Liras ou Euros... A minha Avó, sempre, sempre cuidava da minha alimentação, cuidava das minhas roupas e pagava a escola, a minha mãe também ajudava um pouquinho, antes de emigrar, ela era empregada doméstica. Lavava, e ela sempre me levava aos trabalhos aonde ia, porque sou eu sou o seu codé [benjamim]. Não foi tão difícil assim, já sabia cozinhar e lavar uma peça de roupa.

Filho de mulher emigrante, 23 anos, Praia, Julho de 2012.

A partir das remessas, procuramos demonstrar como a migração das chefes de famílias contribui directamente para o sustento das necessidades humanas básicas dos seus agregados familiares, revelando a importância e o valor positivo do papel da mulher migrante cabo-verdiana.

Os impactos vividos e percebidos sobre a maternidade transnacional

O principal impacto do fenómeno da globalização dos cuidados nos lares e agregados dos países em vias de desenvolvimento é a migração das mães que devem deixar os seus filhos ao cuidado de outras mulheres, e que têm de cuidar os filhos de outras famílias, normalmente em países industrializados, ganhando salários baixos. Neste sentido, interessa perguntarmo-nos como é que os filhos entendem a separação e a imprevisibilidade da vida? Mãe e pai são valorizados da mesma maneira? Qual é o papel dos avós, tias, ou outros membros familiares, na manutenção e sustento dos filhos e netos ou sobrinhos?

As *mães di fidju* (mães de filhos) chefes de família que emigraram, como vimos anteriormente, encarregam-se de dar cobertura económica e de cuidados aos lares em que elas são as protagonistas. Em geral, os orçamentos domésticos são pensados e materializados através da sua inovação, adaptabilidade, negociação e tolerância, estes todos associados a expectativas e exigências colectivas e subjectivas de género (Moser 1989)³⁴, o que se traduz na prática que as

³⁴ Ver Caroline Moser (1989), no artigo de Clara Murguialday, sobre "Papéis de Género" e as expectativas de género que [Assim, os papéis são especializações sociais geradas sobre a base de expectativas e exigências coletivas e subjetivas, a partir de critérios tão variados como a raça, idade, religião, classe social filiação política]. Em Diccionario de Acción Humanitaria Y Cooperación al

mulheres se tenham que dedicar à venda informal, de todo o tipo de géneros, alimentícios, têxteis, apanha de inertes, agricultura, criação de gado, etc. As mulheres que entrevistamos não só respondem ao que se espera delas como mães provedoras, mas exigem a elas próprias o cumprimento do seu papel como sustento dos seus lares, e encaram qualquer actividade que possa gerar um rendimento económico como uma "obrigação" moral subjectiva de uma "boa mãe", por um lado, e por outro legitimam o seu papel perante a pressão social colectiva de que cumpra como (uma boa) mulher e mãe.

A situação que afecta um terço da sociedade cabo-verdiana está materializada no padrão de relações no qual as mulheres devem assumir estas tarefas para dar sustento à sua família, e no entanto os *pai de fidju* (pai do filho, companheiro), mantêm relações flexíveis, não obrigatórias, de atenção aos seus filhos. A norma social vigente exige ao pai destas tarefas, mas institui a obrigação à mãe e às mulheres que prestam cuidados e atenção da sua prole. Deste modo, os homens cuidam os seus filhos de maneira esporádica, em momentos pontuais, para em seguida passarem largas temporadas sem prestar qualquer apoio ou ajuda económica para o cuidado dos seus filhos. É o que habitualmente declararam as mulheres entrevistadas: "*Di ki homi di Cabo Verde ka ta djuda mãe di fidju*" (os homens de Cabo Verde não ajudam a *mãe-de-filho*). O assumir exclusivo das tarefas do cuidado e de produção, por parte das mulheres, traduz-se na prática no aumento das horas de trabalho feminino, na constante atenção às mudanças de vida e às flutuações económicas dos seus lares, na preocupação pessoal sobre o seu papel, ante si mesma, como "boa mãe, trabalhadora" e na pressão social do meio local, vicinal, que *reprova* a mulher que não supervisione e obtenha alimentação, vestuário, abrigo e afecto para os seus filhos. Deste modo, procurando garantir estas tarefas e funções do sustento familiar, mas também novas oportunidades e outros modos de agir, estas mulheres de Santiago empreendem e vivem os seus processos migratórios porque aspiram um novo contexto novo no qual possam redefinir os seus projectos de vida e de trabalho.

Para poder cumprir com estas tarefas, as mulheres migrantes tecem relações de *sororidade*, termo baptizado pela antropóloga mexicana Marcela Lagarde, baseado no princípio de apoio feminino e de partilha de recursos, tal como o sistema de empréstimo de dinheiro das vendedoras do Mercado de Sucupira, no qual se prescinde dos bancos que dificultam ou impossibilitam a concessão de crédito a estas mulheres. A sororidade, um valor cultural praticado por elas, permite-lhes confiar noutras mulheres, primas, parentes e vizinhas que podem exercer uma tarefa de vigilância, cuidado e acompanhamento das crianças. Portanto, a partilha de tarefas é outra das acções que as mulheres valorizam, porque não só se reúnem para lamentar-se da sua sorte, também se reúnem de uma maneira "agregada", segundo o conceito crioulo do *djunta mom*:

Desarrollo, da Universidade do País Basco: Moser, C. O. N. (1989), "Gender Planning in the Third World: Meeting Practical and Strategic Gender Needs", *World Development*, vol. 17, nº 11. Trad. cast.: "La planificación de género en el Tercer Mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género", em Guzmán, Portocarrero y Vargas (eds.), *Una Nueva Lectura: Género en el Desarrollo, Entre Mujeres*, Lima, 1991. Consultado em 12/09/2012 em: <http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/115>

*Mi e nha cunhada, kel otus senhoras, ku tudus vizinhos, tudo arguém ta djobi pa minis di arguém, a nós é vizinhos tudu unido. Hoji tem organização na zona para limpeza geral. Mas nha bairro é sabi, actividades para minis, vizinhos divertidos*³⁵

Vendedora de roupa em segunda mão no Mercado de Sucupira,
mãe de dois filhos, 40 anos.

As mulheres que entrevistámos no nosso trabalho de terreno falam em *agregar-se*, em juntar-se para fazer todas as tarefas que sempre fizeram, mas também prover um sistema de segurança alimentar, coisa muito importante nestas ilhas, com o *cozinhar e partilhar pratos* (de que são exemplo a *Kacthupa*, *Xerém*, *Djagacida*) no meio rural, em zonas onde a pobreza e a falta de um trabalho estável ou a própria actividade económica a que se dedicam (apanha de inertes, criação de gado e aves, agricultura etc.), nem sempre garante uma fonte regular de rendimentos. São relações onde o vínculo sanguíneo ou de parentesco podem ou não estar presentes. Servem tanto para rezar juntas ou visitar alguém doente num hospital, como também para sentirem que são respeitadas socialmente.

Outros elementos que podem ser afectados pelo processo migratório feminino e a transnacionalidade da experiência familiar são as relações matrifocais, as relações mãe-filho. A partir de uma perspectiva de género, a experiência migratória feminina pode implicar uma transformação do significado hegemónico da maternidade e das relações materno-infantis, perante a separação espacial e temporal. Como vimos já, as famílias transnacionais chefiadas por mulheres migrantes desenvolvem um conjunto de arranjos familiares transnacionais nos seus agregados familiares, e ainda que se nutram de redes femininas de apoio familiar e pessoal, não estão isentas de negociações, tensões, e conflitos. No caso das famílias monoparentais cabo-verdianas cuja chefe de família emigrou, talvez o maior ponto de tensão seja precisamente a renegociação do significado da relação materno-filial em relação aos filhos e às filhas:

Falar dos meus pais é complicado, nunca estiveram muito presentes na minha vida. Os meus avós são tudo; o meu pai eu conheci quando eu tinha 16 anos; ele voltou para viver com a minha avó eu já tinha 16 anos aquela revolta; mas agora já nos damos bem, como dois bons amigos... [a minha mãe] para mim não é tanto, o mesmo posso dizer dos meus avós, sem eles eu não estaria vivo, porque foram eles que me criaram. Eu acho que a minha mãe me abandonou, a minha mãe foi-se embora, brigou com o meu pai e foi-se embora e nunca soube dela; fiquei com os meus avós; Há dois anos atrás ela apareceu de repente e acho que ela só é minha mãe biológica, por que a minha mãe de verdade é a minha avó a minha Tia.

Homem jovem, 25 anos, ex-estudante universitário, desempregado, Praia, Santiago.

³⁵ "Eu, a minha cunhada, e todas aquelas outras senhoras cuidam as crianças de todos; somos vizinhos unidos. Hoje estamos a organizar-nos para uma limpeza geral do bairro. O meu bairro é bom, os vizinhos são pessoas simpáticas, divertidas e temos muitas actividades para as crianças daqui." Traduzido do Crioulo.

Vemos portanto, como o processo migratório feminino tem um impacto directo nas relações materno-filiais, gerando tensões e rupturas que podem ser traduzidas pelos filhos e filhas, como verificamos em casos de *ausência das mães*, de tal maneira que esta ausência é sancionada ou entendida por eles filhos e filhas de modo diferente.

Paternidades ausentes e novas masculinidades

No que diz respeito às paternidades transnacionais na ilha de Santiago, podemos assinalar que o papel dos homens pode ser dividido em dois grupos: a paternidade *ocasional* e a activa-*ausente*.

A paternidade *ocasional* é a mais característica do padrão de parentesco da maioria dos agregados monoparentais cuja chefia recai sobre uma mulher-mãe. Neste caso, as mulheres assumem o papel duplo de tal forma que são as que proporcionam a principal fonte de rendimentos para os seus lares. As mulheres continuam a manter o contacto com os *pais-de-filho*, e procuram-nos para solicitarem apoio económico em situações concretas (compra de móveis para a casa onde cria os filhos de ambos, despesas de saúde ou educação escolar, ou apoio para o pagamento de um aluguer de casa). No entanto, em muitos casos, as relações podem ser tensas e conflituosas (os *pais-de-filho*, são homens com mais filhos, fruto de outras relações, ou podem ter constituído um lar biparental), pelo que as mães podem não receber o apoio solicitado. Este tipo de paternidade foi a que pudemos encontrar de forma habitual durante o trabalho de campo.

Por paternidade activa-*ausente*, referimo-nos ao caso de pais que se estabeleceram junto às suas esposas, num agregado conjugal nuclear, em que exerciam o seu papel de pais e esposos, mas que ao emigrar o homem, o seu papel de pai dilui-se com o tempo, sobressaindo a sua relação como esposo (s) ou mesmo o seu compromisso no envio de remessas. Como regra habitual, consentida para os homens, estes casais transnacionais separam-se e acabam por formar outros lares no lugar onde residem, fora de Cabo Verde (E.U.A. ou Europa). No trabalho empírico presente, somente pudemos prestar atenção a este tipo de paternidade de forma secundária.

Poderíamos falar também de uma paternidade activa, representada tanto por aqueles pais que emigraram e que continuam a exercer o seu papel de forma transnacional, como dos pais que exercem a sua paternidade de forma activa enquanto a mãe dos seus filhos emigra. No entanto, durante o nosso trabalho de campo, não encontramos evidências que nos permitam analisar estes tipos de paternidades.

O tema das paternidades cabo-verdianas está intimamente vinculado ao conceito de masculinidades hegemónicas. Conscientes da necessidade de continuar a aprofundar o conhecimento para futuras agendas de investigação, temos suficientes indícios baseado no trabalho de campo, para afirmar que o modelo de masculinidade hegemónica santiaguense e cabo-verdiana se encontra em processo de mudança. Os conflitos e tensões surgem da perda de poder por parte dos homens, e do confronto com a incapacidade de substituir o homem, a sua relação de exclusividade com o contexto e com as relações de poder exercidas. Encontrámos evidências desta

situação na competição entre homens e mulheres no mercado de trabalho, e nas interpretações que homens e mulheres fazem sobre isto. Esta tensão revela-se na percepção de que as mulheres quando chegam a ocupar um posto numa empresa, não se deve à sua preparação e/ou experiência laboral, mas aos seus atributos físicos:

Es ten más oportunidades, es ten más oportunidades³⁶... é geral eles [empregadores], buscam as meninas. Elas estão na política, tem boa cara é jeitosinha dão emprego.

Homem jovem, 31 anos, desempregado, dois filhos, Praia, Julho de 2012.

Hoje en dia es ten más posibilidades es sata fika grandi na Cabo Verde³⁷; elas têm mais oportunidades.

Homem jovem, 22 anos, desempregado, um filho, Praia, Julho de 2012.

Estas tensões mostram-nos as resistências a estas mudanças, como se depreende da percepção generalizada do poder considerado "excessivo" alcançado pelas mulheres, como algo fora da norma:

"Mas as mulheres têm mais importância na sociedade; tem importância num café, numa empresa, eles [os empregadores], vão empregar a mulher; antigamente o homem mandava e agora é tudo 50 / 50, acabou, sim às vezes mais que isso se ela trabalha e eu não já, não tenho poder pa manda [para mandar], ela está a trabalhar vai botar comida em casa, não vou falar nada... a mulher quase manda em Cabo Verde",

Homem jovem, 31 anos, dois filhos, desempregado, Praia.

Observe-se que neste caso que uma das resistências à alteração do modelo hegemónico masculino reside na negação de um outro papel, secundário, sem voz, ou seja, sem pro-actividade, sem propostas perante as mudanças vividos pelas mulheres. Trata-se de um modelo de masculinidade ancorado numa autoridade que não permite negociações. São processos de transição dos modelos de género e sexualidade, que implicam uma alteração das relações de poder em matéria de género. Contudo, paralelamente às resistências da perda de poder nas relações de género, também encontramos percepções masculinas positivas perante estas mudanças:

"Eu creio que têm as mesmas oportunidades, as oportunidades são dadas para todos e elas aproveitam bem; só que as mulheres têm mais sucesso, nas estatísticas; a maioria das pessoas; mudjer ta ten más emprego ki homi. Es ten más cabeça, de ki homi, mas também é vítima de quel exploração más qui homi³⁸",

Homem jovem, 25 anos, abandonou os estudos superiores, Praia, Julho de 2012.

³⁶ "Elas têm mais oportunidades"

³⁷ "Elas têm mais possibilidades e começam a ser importantes", traduzido do Crioulo.

³⁸ "(...),as mulheres têm mais empregos; são mais inteligentes que os homens, mas também são maiores vítimas da exploração, mais do que os homens". Tradução própria do Crioulo de Cabo Verde.

Perante o imobilismo de certos sectores da sociedade, em defesa dos seus privilégios, encontramos outras leituras destes processos de mudança e da situação da mulher na sociedade cabo-verdiana.

Continua haver a mesma coisa, os homens ganham mais que elas, disparidade salarial, apesar do que evoluímos todos este anos, mas continua a haver diferenças entre homem e mulher [...] A mim me dá motivação para lutar, para conseguir chegar aonde quisermos, temos que ser mulheres lutadoras, é um mundo muito competitivo, não podemos ser fracas ou chorar, é isso que nos diferencia dos homens, temos que lutar: os homens têm sempre um desprendimento e nós temos que imitar o que eles fazem.

Mulher jovem, estudante de 16 anos, Praia, Agosto de 2012.

"Ninguém me vai parar, eu luto até conseguir até que eu dependa de mim mesma, porque sou autónoma, quero e consigo, não porque me deram o meu pai ou irmão"

Mulher jovem, 19 anos, pré-universitária, Praia, Agosto de 2012.

"Nu ta otcha qui homi ku mujer es ten mismo dretu, na mesmu patamar, es ta fla ki mujer ten ki fika na casa pa toma conta di fidju, pamodi qui homi ka ta fika na casa? Nos propi mujer nu sta un poco kulpadu, nu ta dixa homis pa és ka fazi kusas; nós propi ki é kulpadu, ku nos críticas, homi ku mujer tem mesmo direito, igualdade de género³⁹"

Mulher jovem, 22 anos, universitária, Praia, Agosto de 2012.

Tal como aqui vemos nos excertos, detectamos uma clara diferença entre homens e mulheres no momento de entender as relações de género na sociedade cabo-verdiana. Perante a visão competitiva expressada por um grupo que se sente ameaçado pela perda de poder e de privilégios na sociedade, encontramos outra que assume a igualdade como uma das conquistas mais importantes para situação das mulheres.

³⁹ "Acho que homens e mulheres têm os mesmos direitos, no mesmo patamar; Diz-se que a mulher deve ficar em casa, para cuidar os filhos... por que é que os homens não ficam em casa e cuidam eles dos filhos? Nós próprias somos culpadas com as nossas críticas por não deixar que os homens façam certas coisas."

V - Conclusões

Ao apresentar as conclusões deste estudo, temos a obrigação de considerar de novo as perguntas iniciais e os objectivos centrais desta investigação, de modo a podermos sintetizar as respostas que agora podemos oferecer, uma vez analisado o nosso tema de estudo. Entre as perguntas formuladas destacamos as seguintes: Quais são as características da migração feminina? Quais são os impactos familiares da migração feminina? Quais são os impactos económicos? Como se foram configurando as famílias transnacionais em Santiago/ Cabo Verde? Que elementos são distintivos da sua transnacionalidade? Quais são as concepções sobre os diferentes modelos de família presentes na Ilha de Santiago e em Cabo Verde, e como se relaciona com a migração feminina? Quais são os impactos da migração feminina cabo-verdiana nas relações de género nas famílias?

Começaremos a exposição das conclusões abordando a pergunta principal da investigação mediante uma caracterização dos principais traços das migrações femininas em Santiago, Cabo Verde (Conclusão 1). Em seguida trataremos os impactos familiares das migrações femininas, de tal modo que falaremos sobre a estigmatização da migração feminina e da configuração das famílias transnacionais (Conclusões 2 e 3). Finalmente explicaremos os impactos económicos da migração feminina no terreno de investigação (Conclusão 4).

Características das migrações femininas cabo-verdianas

No que diz respeito a este relatório, afirmamos que para poder estudar as características mais destacáveis do processo da feminização das migrações cabo-verdianas, a ausência de dados estatísticos actualizados dificulta a análise aprofundada do fenómeno. As migrações femininas cabo-verdianas representam uma mudança de tendência, se as comparamos com o processo migratório masculino actual. Segundo a Tabela 5 de Tendências Migratórias por sexos para o ano 2010, em termos gerais desde o ano 2005 até ao 2010, saíram mais mulheres do que homens por concelhos em Cabo Verde. Em termos absolutos, dos vinte e dois concelhos registados, em dezoito emigrou maior número de mulheres do que homens. Nos restantes quatro concelhos (Tarrafal de S. Nicolau, Boavista, Tarrafal e Ribeira Grande de Santiago), o número de homens que emigra supera o de mulheres. Esta tendência de feminização dos fluxos de emigrantes parece indicar que a sua saída, está e continuará a ter um impacto importante nas relações de género em cada localidade ou concelhos onde este fenómeno de mobilidade humana (emigração masculina e feminina) ocorre. Neste contexto migratório interessa traçar o perfil detectado de migrantes femininas durante o trabalho de campo, que aqui sumariamos: mulher, "mãe-de-filho" cuja idade oscila entre os 18 e 45 anos, *chefes de famílias monoparentais coabitando com os filhos e grupo doméstico* (noras e genros, sobrinhas ou primas), mulheres-filhas, estudantes em fase de formação académica que empreendem estudos no estrangeiro e dependentes da ajuda económica de suas mães ou outros membros da família emigrados.

Vejamos a situação das mulheres chefes de família com vínculos biológicos de maternidade com casamento, cujos maridos emigraram, ficando toda a família atrás. A responsabilidade do sustento dos membros que ficaram para trás depende da mulher migrante que ocupa o papel de provedora, sustentadora, referente moral e dos afectos do grupo familiar. No caso das filhas mulheres que estudam, a qualificação que procuram gradualmente com os estudos universitários levam a expressar o desejo de abandonar o país em busca de perspectivas profissionais mais atractivas do que neste momento vislumbram em Cabo Verde. As migrações femininas em Santiago são um motor para a vivência de um conjunto de transformações em curso. O simples envio de remessas monetárias é completado pelas remessas sociais sob a forma de ideias, atitudes, habilidades sociais e conhecimentos, que poderão abrir um caminho na promoção da igualdade de género e o respeito como mulheres, entre os homens, esposos, companheiros ou filhos, mas também a consciência de que contribuem para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Discursos estigmatizadores das migrações femininas

Uma questão que surgiu com trabalho de campo foi a presença, uso e circulação de um discurso estigmatizador sobre a migração feminina e as famílias transnacionais criadas. Com tivemos oportunidade de mostrar, estes discursos formam parte das representações hegemónicas em torno a um modelo de família único caracterizado por ser uma família biparental, monogâmica, católica, heterossexual, com descendência biológica e unida por laços de residência. Isto quer dizer que a família estaria formada pela figura do pai, da mãe, os filhos e filhas biológicos vivendo todos juntos no mesmo núcleo familiar/doméstico. Este é o modelo que conseguiu converter-se em norma social (implícita), de tal forma que qualquer modelo familiar que não encaixe dentro destes parâmetros está fora da norma.

No entanto, em Cabo Verde, somente 39,6% das famílias se ajustaria aparentemente na caracterização anterior, segundo os dados de 2010. As restantes famílias são sobretudo monoparentais ou unipessoais, e sofrem a penalização social por não terem sido capazes de conseguir constituir a família modelo. São discursos que privilegiam umas famílias e penalizam a outras, pelo que seria conveniente continuar explorando os factores de surgimento e reprodução destes discursos em torno de elementos como classe, variável residencial (rural/urbano), género e *raça*. O contexto discursivo apresentado engloba os discursos sobre a migração feminina como a da chefe de família, e deste modo, são sancionadas socialmente do mesmo modo.

Nestes casos, os discursos políticos, académicos e mediáticos, apresentam a migração da mulher como a causa dos efeitos negativos gerados pela migração feminina: divórcios, alcoolismo masculino, gravidezes prematuras, fracasso escolar, delinquência, toxicodependência, vandalismo, suicídios infantis e juvenis e abusos sexuais (Parella 2007; Sorensen 2007). Trata-se de uma clara penalização da migração feminina. Estas práticas discursivas não analisam a situação dos filhos em si mesma, e resultam da necessidade actual de renegociar as relações de género, num contexto de migração feminina que fragiliza os pilares do patriarcado (Parella 2011). Portanto, a partir das

primeiras tendências derivadas do trabalho de campo, podemos constatar a existência de discursos penalizadores do processo migratório feminino, o que representa uma clara semelhança com os processos migratórios femininos vividos em outros sistemas migratórios: americano, europeu, Asia-Pacífico e Golfo Pérsico. Encontramo-nos perante uma clara continuidade cultural articulada em torno de um modelo de organização patriarcal, colonial, católico da família, que ignora as especificidades culturais e os arranjos familiares em Santiago e em Cabo Verde em geral.

Estes discursos estigmatizadores também são projectados sobre os lares e agregados, chefiados por mulheres, que alteram a configuração nacional das famílias ao formarem padrões transnacionais de residência. Estas formas de estigmatizar a mulher emigrante e determinados modelos familiares, relacionam-se com a falta de reconhecimento de outros tipos de famílias (como a monoparental) que respondem a factores sócio históricos (a escravatura), de classe e de género, assim como a contextos pós-escravocratas e pós-coloniais e relações socioeconómicas desiguais entre os países do centro e os países periféricos (Norte/ Sul). Em consequência, é necessário incluir uma perspectiva histórico-antropológica para recuperar uma memória social e um reconhecimento das contribuições de todos os elementos, culturais, sociais e políticos em jogo.

Configuração das famílias transnacionais

O principal impacto da globalização dos cuidados nos países em vias de desenvolvimento é a migração de mães que devem deixar os seus filhos encarregues a outras mulheres para cuidar aos filhos de outras famílias, normalmente em países industrializados. Desta maneira constituem famílias transnacionais já que mantêm as suas obrigações familiares, relações de reciprocidade e solidariedade, assim como de controlo e poder que atravessa fronteiras geográficas, políticas, económicas, culturais e sociais através das quais a gente construiu a suas vidas.

No caso das chefes de família que emigraram, vemos que a migração permitiu dar continuidade ao duplo papel que elas já vinham assumindo de protectoras e provedoras das despesas familiares. Em alguns sectores sociais, esta vinculação dupla é valorizada de forma positiva, em contraposição à estigmatização descrita no capítulo anterior.

Em relação aos impactos no seio das famílias, o caso cabo-verdiano chama particularmente a atenção pela configuração de famílias monoparentais, chefiadas por mulheres e por isso são necessários estudos que possam contribuir para uma compreensão mais ampla do fenómeno e daí se possa intervir com políticas públicas que contribuam ao bem-estar dos menores, das mães e pais implicados⁴⁰. Portanto é necessário prestar atenção ao modo como são aplicados os conceitos que estudam a família e a infância em Cabo Verde, já que habitualmente são próprios das classes médias das sociedades mais desenvolvidas contemporâneas, e inoperantes neste contexto, de que

⁴⁰ Na análise das redes globais de cuidados, migração e impacto nas famílias deve-se procurar evitar dar uma importância totalizadora ao que Manalasan chama: concepções de género estereotipadas sobre o doméstico e os afectos, (2006: 238). Ver Manalasan, Martin F. (2006): "Queer Intersections: Sexuality and Gender in Migration Studies", *International Migration Review*, Vol. 40(1), pp. 224-249.

são exemplo os conceitos de "maternidade intensa" e "sentimentalização da criança"⁴¹ (Hochschild, 2000, 2005). A feminização dos processos migratórios cabo-verdianos afectam a percepção sobre a maternidade transnacional e a paternidades ausentes.

a) Sobre a Maternidade Transnacional

Um dos aspectos identificados relativamente à maternidade transnacional é a tensão surgida das relações entre mães e os filhos e as filhas. A matrifocalidade, característica de uma grande parte das famílias cabo-verdianas, e a relação especialmente vinculante entre a mãe e os filho-homem determinam a forma de entender os impactos da emigração feminina no seio das famílias em Santiago e em Cabo Verde. Tivemos a oportunidade de demonstrar que, no caso das famílias monoparentais com chefe de família emigrada, o maior ponto de tensão é precisamente a renegociação do significado da relação materno-filial. Vemos portanto, como o processo migratório impacta de forma directa nas relações materno-filiais, gerando tensões e rupturas que podem ser traduzidas pelos filhos e filhas numa percepção culpabilizadora perante a ausência das mães, de tal forma que esta ausência é sancionada pelos filhos-homens.

b) Sobre a Paternidade (ausente) e as novas masculinidades

Quanto à paternidade e a sua relação com os processos migratórios femininos em Santiago, Cabo Verde, identificamos dois tipos: a paternidade ocasional e a activa-ausente. São modelos em discussão potenciados pela mudança de mentalidade das gerações mais novas (sobretudo as jovens estudantes), que questionam os papéis sociais tradicionais tanto de homens como de mulheres. O tema da paternidade não pode ser desvinculado dos processos de mudança em curso nas masculinidades hegemónicas cabo-verdianas. Um dos terrenos onde mais se pode apreciar esta transformação é no mercado de trabalho, onde as mulheres irromperam depois do crescimento das taxas de escolarização e educação superior das mulheres. Em relação a este aspecto, os homens jovens entrevistados expressaram resistência a estas mudanças e percebem a presença da mulher no mercado laboral como competição. Estes são processos de transição dos modelos de género e sexualidade, que implicam uma alteração das relações de poder em matéria de género.

⁴¹ "Romanticization of the child", é uma construção social da infância em que as crianças requerem uma atenção e carinho constantes por parte dos adultos e muito especialmente da mãe. Tal atenção é imprescindível para o equilíbrio emocional e mantém afastada a criança das "realidades" da vida adulta. Portanto uma sobre-protecção é condição para educar a infância. A infância dos países do Sul, periféricos e tradicionais participam muitas vezes com os adultos nas tarefas quotidianas (no nosso caso, filhos de informantes que vendiam sumos e bolos no bairro donde residiam), de trabalho, são cuidados por membros de uma família extensa ou outros adultos (primas, vizinhas de confiança), da comunidade, crescendo num ambiente onde o compromisso familiar e o apoio comunitário são mais valorizados do que as constantes manifestações de atenção e afecto.

Impactos económicos das migrações femininas

Um dos principais impactos económicos da migração feminina cabo-verdiana é o envio das remessas económicas e sociais. As mulheres migrantes e mães reúnem numa mesma pessoa a condição de mãe cuidadora e ao mesmo tempo de sustentadora económica. Neste sentido, a migração feminina permite dar continuidade à distribuição das funções atribuídas em função do género, sendo que a maioria destas mulheres deixam os seus filhos ao cuidado de outras pessoas, geralmente às suas mães (as avós-mãe), a outras mulheres da família (irmãs, primas, cunhadas, etc) ou aos seus maridos.

As remessas na sua dimensão financeira são usadas para sustentar as necessidades humanas básicas das famílias: educação, saúde, alimentos, alojamento, roupas e medicamentos, etc. O caso estudado em Santiago é particularmente significativo o esforço de investimento feito pela mães na educação dos filhos como uma estratégia de mobilidade social ascendente através da educação dos filhos e filhas e o desejo de uma melhor vida para eles e elas. Através das remessas financeiras, sociais e materiais, as mulheres migrantes estão presentes nas suas famílias.

Por último, o envio de remessas por parte das mulheres não está suficientemente medido, mas é evidente que tem impactos directos na economia cabo-verdiana. Por um lado as remessas permitem-nos mostrar de forma pública a contribuição da mulher cabo-verdiana na economia nacional. Queremos dizer, uma medição do envio das remessas sensível ao género tornaria visível a contribuição das mulheres para o crescimento cabo-verdiano.

VI - Recomendações

As seguintes recomendações para a orientação de política pública em matéria de Género e Migrações tem como objectivo transformar os impactos sobre a vida real das pessoas, das mulheres e dos homens que emigram em Cabo Verde e *deixam famílias atrás*. A dimensão de género torna-se estratégica no momento de desenhar políticas públicas migratórias, tal como se depreende do conjunto de dados que angariamos e elaboramos a partir de este trabalho. Tal como assinala Volio, "as políticas públicas incorporam a perspectiva de género quando fazem um esforço intencional de mostrar e corrigir a desigualdade no acesso a oportunidades, bens e recursos que têm as mulheres" (Volio, 2005). Se aplicarmos isto às políticas públicas sobre migração e género, o conhecimento relativo à situação das mulheres que emigram e das famílias que ficam para trás, deve ser contemplado na planificação de estas políticas. Ou seja, os múltiplos aspectos, âmbitos ou sectores nos quais decorre a vida das mulheres que são chefes de família (sobretudo) e migrantes, devem ser introduzidos na planificação das Políticas Públicas em matéria de migrações.

Como vimos, as mulheres podem desenvolver actividades produtivas no sector formal, no informal ou na produção agrícola para o autoconsumo, desenvolvendo também actividades reprodutivas tanto do ponto de vista biológico como social e actividades comunais. As mulheres trabalham muitas mais horas do que os homens em Cabo Verde (e em todos os lugares do mundo) e fazem-no em múltiplas áreas ou sectores. De este modo, as políticas públicas migratórias que não incorporam as mulheres - ou que são pensadas partindo da perspectiva masculina, dos processos migratórios baseados exclusivamente na experiência migratória dos homens - têm repercussões ou graus de incidência distintos para os homens que para as mulheres. Em geral, quando isto ocorre, as políticas públicas em vez de favorecer as mulheres, ignora-as e discrimina-as (embora este não seja o seu propósito explícito, é a consequência implícita da invisibilidade das mulheres) e, neste sentido, não promovem a igualdade de oportunidades.

Tal como dissemos anteriormente, cremos que as mulheres e neste caso específico as mulheres que encontramos na Ilha de Santiago e as suas famílias, devem ocupar uma *centralidade* quando se desenhe e implemente políticas migratórias nacionais e ser o centro do debate na questão da emigração na República de Cabo Verde.

As instâncias e organismos existentes tal como o Ministério das Comunidades devem continuar o seu esforço em realizar as seguintes actividades:

- ✓ Diagnósticos de situação das famílias que ficam para trás, especialmente nas comunidades onde o número de mulheres que emigra é superior ao dos homens: motivos da emigração (razões e contextos, favoráveis ou hostis); a dupla condição de mulheres e emigrantes; as dificuldades e as expectativas de cada projecto migratório, prestando particular atenção às *redes de migração*, consoante os destinos; os objectivos e expectativas nas sociedades receptoras e de origem.

- ✓ Acesso à informação actualizada - continuar um trabalho de informação para uma migração segura, que tenha as mulheres emigrantes cabo-verdianas como alvo preferencial na divulgação dos seus direitos e responsabilidades como mulheres e emigrantes, ali onde se encontrem ou pretendam emigrar. Do mesmo modo, esta informação servirá para prevenir o tráfico de mulheres, adolescentes e crianças.
- ✓ Direito aos cuidados de saúde, direitos de cidadania e políticos - deve ser veiculada/difundida informação sobre o direito aos cuidados de saúde, direitos de cidadania e políticos, nomeadamente a sua participação política e social através do voto nas eleições municipais e o fomento do associativismo emigrante ou cívico nos países de destino. Isto tem que ver com o *empoderamento* cívico das mulheres e permite novas definições da identidade feminina, que podem ajudar a transformar as relações de género e os direitos de cidadania em Cabo Verde e nos países de destino;
- ✓ Conhecer e analisar os dados dos envios de remessas por sexo, e o ciclo de necessidades familiares cobertas pelas remessas, o seu uso e administração por sexo, assim como o conhecimento sobre as fontes alternativas de acesso ao crédito que afecta directamente milhares de mulheres no país.
- ✓ Reforço da ajuda, ou quotas de acção positiva para a ajuda na educação escolar dos filhos e filhas - através do recente órgão do *Conselho da Família*, sugerimos que se procure implementar o reforço da ajuda, ou quotas de acção positiva para a ajuda na educação escolar dos filhos e filhas de agregados de *mulheres chefes de família* tanto no âmbito urbano como rural, e especialmente se nestes agregados a progenitora teve que emigrar e deixar *família atrás*.
- ✓ Direito ao reagrupamento familiar; Trabalhar no sentido de ter especial sensibilidade nos processos de reagrupamento familiar, com as famílias sejam estas constituídas por laços de paternidade com casamento e as que resultam de uniões de facto. Negociar com os diferentes Estados, (Europa, EUA), acordos de reagrupamento familiar semelhantes ao desenvolvido já com o Grão Ducado do Luxemburgo e Cabo Verde.
- ✓ Campanhas de sensibilização sobre Género, Migrações e Famílias em Cabo Verde. O Ministério das Comunidades poderá estabelecer de forma criativa e partilhada parcerias com o Ministérios da Cultura e da Juventude um conjunto de campanhas informativas de sensibilização, utilizando as redes sociais na Internet, *spots* televisivos e suportes de imagem e áudio, programas de rádio, etc., para fazer chegar aos diversos públicos rurais e urbanos,

imagens, relatos, canções, teatralizações de *relatos* sobre o impacto das migrações cabo-verdianas na história do país e as transformações operadas de forma aberta democrática e de debate crítico sobre o fenómeno da mobilidade humana em Cabo Verde.

- ✓ Fomento e apoio da investigação social aplicada sobre Migrações, Género e Famílias. Com as instituições do Ensino Superior em Cabo Verde, do Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF) e do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género, (ICIEG), seria importante apoiar os trabalhos em curso e futuros. São necessários estudos parciais, transversais com uma perspectiva de género, translocal e transnacional e etno-histórica, para compreender as mulheres e homens, de forma mais profunda, como afrontam os processos e projectos migratórios, para entender a densidade real dos problemas que afectam positiva ou negativamente as famílias em Cabo Verde e no nosso caso a Ilha de Santiago, terreno de investigação do nosso trabalho de campo. Consideramos ser necessário que os estudos partam de uma perspectiva etno-histórica, dada a formação da sociedade cabo-verdiana, para dar relevo aos aspectos dos contactos (inter) culturais que são devedores de uma percepção valorizada do legado africano, através de uma nova leitura científica e social, mais informada e respeitadora do contexto.
- ✓ Promover e liderar a celebração a nível regional de uma Conferência Política Internacional sobre as *Cadeias Globais de Cuidados*, em que se possa debater os principais elementos e impactos destas, tendo em consideração as diferentes casuísticas regionais (a especificidade africana, americana, asiática, europeia).

VII - Roteiro de Investigação para a temática em Cabo Verde

O projecto sobre o estudo da feminização das migrações em Cabo Verde teve como objectivo principal conhecer as características da migração feminina na ilha de Santiago, e os impactos destas nas famílias *que ficam para trás*. Neste capítulo queremos propor uma Agenda/Roteiro de Investigação com o fim de destacar os aspectos que necessitam ser investigados nos temas referentes às migrações e o género em Cabo Verde. A intenção é que se possa contribuir com este roteiro para:

- Identificar acções e temas detectados no trabalho de campo sobre os quais merece que se preste maior atenção;
- Assinalar a pertinência de empreender um conjunto de investigações segundo uma ordem de prioridades; e
- Indicar em que áreas são necessários maiores esforços de investigação para que os objectivos possam ser transformados em medidas ou acções efectivas.

Características da migração cabo-verdiana através da perspectiva dos estudos de género

Assinalar a importância das migrações e em geral do fenómeno da mobilidade humana, na formação e desenvolvimento de Cabo Verde. O acto de (e)migrar produz em cada uma das pessoas que decide sair, seja para outras ilhas ou para o exterior, mudanças em cada comunidade de origem e de chegada. Em primeiro lugar, é necessário elaborar dados estatísticos periódicos sobre o processo migratório cabo-verdiano segundo o sexo dos que emigram. A falta de dados estatísticos sobre migração por sexo é uma ausência notória que se pôde evidenciar na elaboração deste relatório.

No entanto falta proceder a uma aprofundada explicação das características da migração cabo-verdiana através da perspectiva dos estudos do género. Uma agenda de investigação deve explorar e saber como o acto de emigrar afecta a vida dos homens e mulheres neste país africano e consequentemente, conhecer os impactos económicos, sociais, culturais e políticos sobre *as famílias que ficam para trás*, sejam estes filhos, filhas, avós, tios e tias e a parentela próxima ou a escolhida. A descontinuidade do território insular e a especificidade cultural de cada uma das ilhas do arquipélago merece que se particularize em cada um dos contextos a investigar. Por isso, é necessário continuar a insistir na execução de diagnósticos sobre a questão de género e as migrações no território nacional sob a forma de *estudos qualitativos de caso* que possam apreender uma realidade diversa, mutável, marcada por inúmeras circunstâncias históricas e com diferentes impactos.

A família em Cabo Verde

Deveremos continuar a indagar sobre as formas familiares que surgem e são construídas em Cabo Verde. São necessários estudos sobre a estrutura, características e câmbios na organização familiar cabo-verdianas. Neste sentido, é necessário conhecer como a migração feminina e masculina afecta as diferentes maneiras de formar família, e continuar a defini-la, tanto nas suas vertentes do parentesco, como dos laços formais ou informais de matrimónio, formal ou informal, laços de consanguinidade e coesão de agregados familiares à luz das forças *globalizadoras* que alteram a vida das pessoas e as famílias em Cabo Verde e em todas as partes do mundo. Trata-se sobretudo, conhecer como são vividas nas famílias transnacionais, que desafios se enfrentam e que inovações implicam. Deve-se investigar de que forma estão a ser feitos os discursos sobre os impactos da migração laboral feminina sobre as famílias, para entender se não se trata de uma postura de sectores conservadores (Igreja Católica e outras) da sociedade cabo-verdiana, em cujos discursos sobre as famílias subjaz uma intenção de crítica sobre os avanços sociais conseguidos pelas mulheres em geral em Cabo Verde. Para tal, a investigação deve combinar a vertente dos estudos qualitativos, sem menosprezo dos de carácter quantitativo, que indague *o acto de emigrar de maneira diferente* na natureza cultural do fenómeno migratório em Cabo Verde, ao tratarmos com pessoas reais, que afrontam sendo mulher ou homem. Os dados estatísticos, taxas e indicadores só poderão ajudar a completar estes estudos se forem construídos de forma homologada, porque a enorme diversidade encontrada, tanta gente e tão diferente cada uma delas e as suas circunstâncias, não serão facilmente apreendidas se repousarmos a qualidade do conhecimento na frialdade numérica e não nos detivermos na densidade real dos problemas que afrontam ou resolvem migrando. Além disso, é necessário recolher informação naqueles contextos onde os e as migrantes cabo-verdianos constroem as suas vidas, e estabelecer as diferenças entre o contexto europeu, americano e africano.

Ainda no caso das famílias e suas relações é sabido que, o processo migratório impacta de forma directa nas relações materno-filiais, gerando tensões e rupturas que podem ser traduzidas pelos filhos e filhas numa percepção culpabilizadora perante a *ausência das mães*, de tal forma que esta ausência é sancionada pelos filhos. Seria necessário, em consequência, aprofundar o conhecimento em torno das percepções vigentes sobre a maternidade, pelos filhos e as filhas de maneira diferenciada, para poder compreender a forma como é construída a relação entre mães e filhas e a relação mães e filhos em contextos migratórios. Do mesmo modo, é necessário proceder ao estudo das famílias nucleares com ou sem matrimónio perante a ausência de um dos progenitores ou de ambos. Para o caso das mulheres cabo-verdianas, é necessário continuar a investigar os contextos de recepção das mulheres emigrantes para ver como as afecta segundo o país de destino. Por outro lado o tema da paternidade não pode ser desvinculado dos processos em curso de mudança nas masculinidades hegemónicas cabo-verdianas e por isso, é necessário continuar a explorar esta relação e entender como afecta o processo migratório e o que faz com que surjam conflitos e tensões perante a possibilidade destas perdas.

As relações de cuidado, só podem ser apreendidas se os relatos forem escutados qualitativamente e traduzidos através da perspectiva do género. Os resultados poderão ser muito úteis para desenhar políticas públicas, próximas, participativas, que apelem à cidadania.

Migração feminina e impacto das remessas

A agenda de investigação deverá pesquisar os valores das remessas enviadas a Cabo Verde, desagregando os dados por sexo, idade ou nível de rendimento e proveniência. Estes dados permitiriam a relação entre sexo e envio de maior ou menor quantidade de remessas. Presume-se que as mulheres que trabalham fora enviam menos remessas do ponto de vista quantitativo devido a terem vencimentos inferiores aos homens, mas comparativamente fazem-no de forma mais estável e sustentável às suas famílias. Do mesmo modo, seria necessário conhecer por sexo que percentagens dos salários são destinados às remessas em Cabo Verde, já que se sabe segundo casos de estudos andinos, as mulheres migrantes destinam maior percentagem dos seus salários para o envio de remessas às suas famílias. Investigar sobre o seu envio ofereceria sólidos elementos que poderão confirmar que as remessas converteram-se num elemento constitutivo das rendas familiares, que dotam de estabilidade e continuidade a reprodução social familiar.

Remessas do exterior: uso e administração do dinheiro enviado

Pesquisar sobre o contexto local de cada comunidade de origem dos migrantes, esclareceria o que detectamos no trabalho de campo desta investigação, de que são as mulheres da família as que se dedicam ao cuidado dos filhos que *ficam para trás*, e também são elas que administrariam as remessas enviadas pelas suas filhas, irmãs, mães e/ ou esposos. Neste sentido, é necessário conhecer como são administradas estas remessas por sexo segundo as pessoas que se ocupam de aqueles que ficam atrás e como são utilizadas. Desconhece-se a percentagem de remessas que é destinada a gastos sociais, e quais as que são orientadas para os investimentos em pequenos empreendimentos.

Por sua vez, seria interessante conhecer a forma como as famílias que ficam para trás organizam estes gastos familiares, como tem lugar o ciclo de despesas das famílias em Santiago, quais são as suas prioridades uma vez recebidas as remessas, fazendo uma análise segundo o sexo de quem administra estes recursos. Os resultados obtidos através de uma agenda de investigação permitiriam desenhar produtos mais atractivos para um possível investimento produtivo das remessas enviadas. Uma proposta de investigação deveria focar em duas estratégias metodológicas: conhecimento do ciclo de despesas e de necessidades dos agregados a partir de uma perspectiva de género e os padrões de envio de remessas. Trata-se de sistematizar e analisar os padrões de envio, administração e de despesa segundo o sexo de quem envia, em vez de focalizar a atenção em que e como se gasta o dinheiro de maneira geral. Existe portanto uma grande necessidade de gerar dados que permitam conhecer o ciclo de gasto das famílias cabo-verdianas, assim como as circunstâncias, os impactos e as alternativas aos problemas de acesso a crédito de amplos sectores da população em Cabo Verde.

Demografia, condições de vida, tradição e mudança social

De que modo surtirão os impactos do aumento da esperança de vida e uma relativa melhoria das condições de vida das mulheres e dos homens num futuro próximo no país? Interessa saber e continuar a aprofundar o tema das relações de poder *de facto*, entre mulheres e homens, nas esferas íntimas do espaço doméstico, na divisão sexual do trabalho e da sexualidade seja esta reprodutiva ou simples expressão de liberdade individual. Vulnerabilidade, instabilidade ou transição de modelos na reprodução dos papéis de género em Cabo Verde? Quem continuará a assumir a transmissão das noções de masculinidade ou feminilidade de uma geração para a outra em Cabo Verde? As *mães de filho*? As mães na sua especial relação com os filhos? Que recursos têm as filhas para aprender os papéis de género, num momento em que são as que mais estudam e se destacam nos resultados escolares? Detectamos novas dinâmicas e velhas resistências na socialização nos papéis de género das jovens mulheres entrevistadas na Ilha de Santiago, tanto no meio rural como urbano. É necessário continuar investigando como estão sendo construídas as masculinidades outras, em resposta às novas feminidades que surgem, e seria importante conhecer o modo como estas masculinidades são reproduzidas, questionadas, transformadas e assumidas de forma transnacional através da migração. A migração e os seus efeitos têm algum peso nessa mudança, por isso cremos que é necessário um olhar mais ajustado às mudanças das práticas correntes no território das Ilhas de Cabo Verde. Investigar sobre este conjunto de temas de forma combinada permitiria aprofundá-los, articulando factores culturais, sociais, económicos, demográficos e individuais, para disponibilizar modelos descritivos e orientadores de política públicas em igualdade de género, relações de cuidado e cidadania.

Considerações finais para um Roteiro de Investigação

As linhas estratégicas que aqui se assinalam pretendem sugerir trabalhos de investigação e compilação de dados que possam ajudar a criar capacidade institucional para promover a investigação mais exaustiva e detalhada sobre os fenómenos. A função a que se prestam é a de que possam ser vectores de um possível roteiro de investigação a curto e médio prazo. Assim pensamos que esta agenda/roteiro deve ajudar a definir acções que articulem uma pesquisa científica com as necessidades institucionais e a problemática nacional, regional e local, através de um trabalho integrado com os diversos actores sociais, procurando uma eficiência na utilização de recursos (físicos e financeiros) para a investigação destes temas, e coordenados de maneira inter-institucional (Ministérios, Agências internacionais, ONG's). Sugerimos que se deveria acompanhar esta agenda de investigação de um conjunto de objectivos, metas e indicadores de avaliação que permitissem ir medindo os avanços conseguidos.

VIII – Bibliografia

- Amadiume, Ife (1987) *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society*, London: Zed Press.
- Banco Mundial (2011) *Datos sobre migración y remesas*, Unidad de Migración y Remesas.
- Barbosa Rodrigues, Fernando. 2002, "Política da Língua no Cabo Verde Pós-Colonial, Um Desafio à Construção da "Lusofonia", Dissertação de Mestrado em Antropologia: Patrimónios e Identidades, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE, orientada cientificamente pelo Prof. Dr. Miguel Vale de Almeida, Lisboa.
- Boza, José; Maroto, Octavio y Cáceres, Rosa (2010) "Los Microcréditos como medio de financiación alternativa. Estudio aplicado a Cabo Verde", *Estudios de Economía Aplicada*, Vol 28-1, pags. 1-20.
- Bryceson, D.F. y U. Vourela (2002). *The Transnational Family. New European Frontiers and Global Networks*. Oxford: Berg Publishers.
- Carreira, António (1984), *Cabo Verde: Aspectos Sociais*, Lisboa.
- Chant, Sylvia (2002) "Researching gender, families and households in Latin America: from the 20th into the 21st century. *Bulletin of Latin American research*, 21 (4). pp. 545-575. <http://eprints.lse.ac.uk/575/>
- Cortés, Almudena (2013) "Gender, Andean Migration and Development: Analytical Challenges and Political Debates", en Laura Oso and Natalia Ribas-Mateos (eds.) *The International Handbook on Gender, Migration and Transnationalism: Global and Development Perspectives*. Cheltenham, UK & Northampton MA, US: Edward ElgarPublishing
- Cortés, Almudena and Carlos Ortega (2008) 'Si ellas no vieran por mí, no tuviera nada: remesas y estructuras financieras locales en el Austro ecuatoriano. Una mirada transnacional al dinero de los migrantes', en *Migración y Desarrollo*, nº 11, Zacatecas.
- Furtado, Claudia Alves, Rosabal, Maritza e Borges, Osvaldo, 2010, "[Género em África, Estudo sobre o Índice de Desenvolvimento da Condição feminina em Cabo Verde](#)", COMISSÃO ECONÓMICA DA ÁFRICA - NAÇÕES UNIDAS.
- Gainza, Patricia (2006) 'Feminización de las remesas, familias transnacionales y comercio nostálgico', *Revista Tercer Mundo Económico*, mayo, nº204, Montevideo.
- Gilroy, Paul, 1995 [1993], *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. London: Verso.
- Grasmuck, Sherri y Pessar, Patricia (1991), *Between two islands: Dominican International Migration*, California: University of California Press.

- Grassi, Marzia, 2007, "Cabo Verde pelo Mundo: o género na diáspora cabo-verdiana", pp. 23-61, em "Género e Migrações Cabo-Verdianas", Marzia Grassi, Iolanda Évora (organizadoras), Instituto de Ciências Sociais, ICS, Lisboa.
- Grassi, Marzia, 2003, "Rabidantes, Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Praia, Spleen.
- Gregorio, Carmen (2009) "Políticas de conciliación, externalización del trabajo doméstico y de cuidados y migraciones transnacionales", III Congreso de Economía Feminista. La economía feminista en un contexto de crisis global, 2-3 de abril, http://www.upo.es/congresos/export/sites/congresos/economiafeminista/documentos/Carmen_Gregorio_gil.pdf
- Gregorio, Carmen (2012), "Tensiones conceptuales en la relación entre género y migraciones. Reflexiones desde la etnografía y la crítica feminista", en Papers, vol 97, nº 3, (2012), Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.
- Herrera, Gioconda (2008) "Mujeres ecuatorianas en el trabajo doméstico en España" en Novick, Susana (comp.) Las Migraciones en América Latina, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO.
- Hochschild, Arlie Russell (2000): *"Global Care Chains and Emotional Surplus Value"*, en Hutton, W. and Giddens, A. (eds) On The Edge: Living with Global Capitalism. London: Jonathan Cape.
- Hochschild, Arlie Russell (2000): (2005): *"Love and Gold"* en Ricciutielli, Luciana (Ed.): For Women, Power and Justice: A Global Perspective. London, Toronto: Zed/Innana Books.
- INSTRAW (2006) *El caso de la migración femenina de Vicente Noble*, República Dominicana, Santo Domingo: INSTRAW.
- INSTRAW (2007) *Género y Remesas. Migración colombiana del AMCO hacia España*, República Dominicana, Santo Domingo: INSTRAW, PNUD.
- Jabardo, Mercedes (2008) "Desde el Feminismo Negro, una mirada al género y la inmigración", en Suárez, L., Martín, E. y Hernández R. (coords.) Feminismos en la Antropología: nuevas propuestas críticas, Donostia: Ankulegi.
- Laban, Michel, 1992, Cabo Verde - Encontros com Escritores, Vol. I e II, Edição Fundação Eng. António de Almeida, Porto
- Lobo, Andres de Souza (2006), Tão Longe, Tão Perto, Organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista, Cabo Verde, Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.
- Maffia, Marta, 2009, "La mujer cabo-verdiana en la Argentina, entre tradición y modernidad", Avá Revista de Antropología, número 14, julio, 2009, Universidad Nacional de Misiones, disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=169013838009>

- Martins, Pedro, 2010, "Revolta de Ribeirao Manuel", 1ª edição, do autor, Assomada, Santa Catarina, Cabo Verde.
- Meintel, Deirdre, 1984, Race, Culture, and Portuguese Colonialism in Cabo Verde, Maxwell School of Citizenship and Public Affairs, Syracuse University, Syracuse, New York, U.S.A.
- Moser, Caroline (2007) *Reducing Global Poverty. The case for Asset Accumulation*, Washington D.C.: Brookings Institution Press.
- Novais, Fernando, s. d., Estrutura e Dinâmica do Sistema Colonial (2ª edição), col. Horizonte, n.º 29, Livros do Horizonte, Lisboa.
- OIM, 2010, "Migração em Cabo Verde, Perfil Nacional 2009", Edição: Organização Internacional para as Migrações, disponível em:
http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&cPath=41_42&products_id=612&language=es
- ONU/Conferência Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, (CNUCED), 2011/12, "Quem beneficia com os efeitos da liberalização do comércio em Cabo Verde; uma perspectiva de Género", Publicação das Nações Unidas UNCTAD/OSG/2011/2. Disponível em Internet: http://unctad.org/en/Docs/osg2011d2_pt.pdf.
- Oso, Laura (2011) « Plata y/ o amor : remesas, acumulación de activos y movilidad social de las familias de migrantes ecuatorianos » en J. Ginieniewicz, (coord.) La migración latinoamericana a España : una mirada desde el modelo de acumulación de activos, Quito : Flacso Ecuador, Global Urban Research Centre.
- Oso Laura y Ribas, Natalia (2012) "De la sorpresa a la incertidumbre: abriendo etapas en el estudio de la temática género y migración en el contexto español", en Papers, vol 97, nº 3, (2012), Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.
- Oyewùmí, Oyèrònké (1997) *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Oyewùmí, Oyèrònké (2003) "Abiyamo: Theorizing African Motherhood", Jenda, Journal of Culture and African Women Studies, 4. 1. Dirección web: <http://www.jendajournal.com/jenda/issue4/toc4.htm>
- Parella, Sonia (2007) "Los vínculos afectivos y de cuidado en las familias transnacionales migrantes ecuatorianas y peruanas en España", *Migraciones Internacionales* 4(2): 39-76.
- Parella, Sonia and Leonardo Cavalcanti (2009) 'Una aproximación cualitativa a las remesas de los inmigrantes peruanos y ecuatorianos en España y a su impacto en los hogares transnacionales', *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, Volumen 116, 241-257.
- Parella, Sonia (2011) "La familia transnacional generada a través de las migraciones femeninas: una aproximación conceptual a sus impactos en la acumulación de capitales desde la articulación de las funciones productivas y reproductivas" en en J. Ginieniewicz,

(coord.) La migración latinoamericana a España : una mirada desde el modelo de acumulación de activos, Quito : Flacso Ecuador, Global Urban Research Centre.

- Pedone, Claudia (2008) "Varones aventureros vs Madres que abandonan, reconstrucción de las relaciones familiares a partir de la migración ecuatoriana", REMHU. Revista Interdisciplinar da Mobilidades Humanas 30: 45-64.
- Pessar, Patricia R. y Mahler, Sarah J. (2003). «Transnational migration: bringing gender». International Migration Review: IMR, 37 (3), 812-846.
- Pribilsky, Jason (2004) 'Aprendemos A Convivir': Conjugal Relations, Co-parenting, and Family Life among Ecuadorian Transnational Migrants in New York and The Ecuadorian Andes, Global Networks, Volume 4, Issue 3, pages 313-334.
- Ramírez, Carlota; García Domínguez, Mar y Míguez Morais, Julia (2005), *Cruzando fronteras: Remesas, género y desarrollo*, Santo Domingo: Instraw.
- Ribas, Natalia (2004) "Barrio y familias tangerinas dependientes de remesas", en Escrivá, A. y Ribas, N. (coords.), *Migración y Desarrollo*, Córdoba: CSIC.
- Rosabal, Maritza. (2011). As faces (in) visíveis da violência de género. In *As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas*, Edições da Universidade de Cabo Verde, Coleção Sociedade (V4) pp.141:166. Praia, Cabo Verde.
- Sassen, Saskia (2002) "Global Cities and Survival Circuits" en *Global Woman, Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy*, Barbara Ehrenreich y Arlie Russell Hochschild (Eds.), New York: Metropolitan Books.
- Sassen Saskia (2003) *Contrageografías de la Globalización. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Semyonov, Moshe and Anastasia Gorodzeisky (2005) 'Labor Migration, Remittances and Household Income: A Comparison between Filipino and Filipina Overseas Workers', *International Migration Review*, Vol. 39, Number 1, Spring: 45-68.
- Sørensen, Ninna (2004), "Globalización, Género y Migración Transnacional, en Escrivá, Ángeles y Ribas, Natalia (eds.) *Migración y Desarrollo*, Córdoba: Publicaciones del CSIC.
- Sørensen, Ninna (2007) "La vida de la familia transnacional a través del Atlántico. La experiencia de la población colombiana y dominicana migrante en Europa", *Puntos de Vista* 9: 7-28.
- Trajano, Wilson (2011) "La sociabilidad de la diáspora: el retorno", *Revista Colombiana de Antropología*, Volumen 47 (1), enero-junio 2011, pp. 155-192.
- UNFPA (2006) "Estado de la población mundial 2006. Las mujeres y la migración internacional", UNFPA, New York. Disponible en http://www.unfpa.org/swp/2006/spanish/chapter_1/index.html.
- Vale de Almeida, Miguel, 2000, *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura, Política da Identidade*, Oeiras: Celta Editora.

- Vega, Cristina (2009) Culturas del cuidado en transición, Barcelona: Editorial UOC.
- Vieitez, Soledad (2005) "Democracia y Derechos Humanos: las mujeres africanas", Conferencia de la Universitat International de la Pau.
- Volio, Roxana (2005) Guía de indicadores para la evaluación del impacto de género de las políticas públicas, Área de Juventud, Educación y Mujer del Cabildo Insular de Tenerife.
- Walvin, James, 2008, "Uma História da Escravatura", editado por Tinta da China, Lisboa.

Documentos oficiais consultados:

- Banco Central de Cabo Verde (2012), Balança de Pagamentos Normalizada.
- Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, Número 2, de Segunda-feira, 10 de Janeiro de 2011, Lei nº 84/VII/2011, estabelece as medidas destinadas a prevenir e reprimir